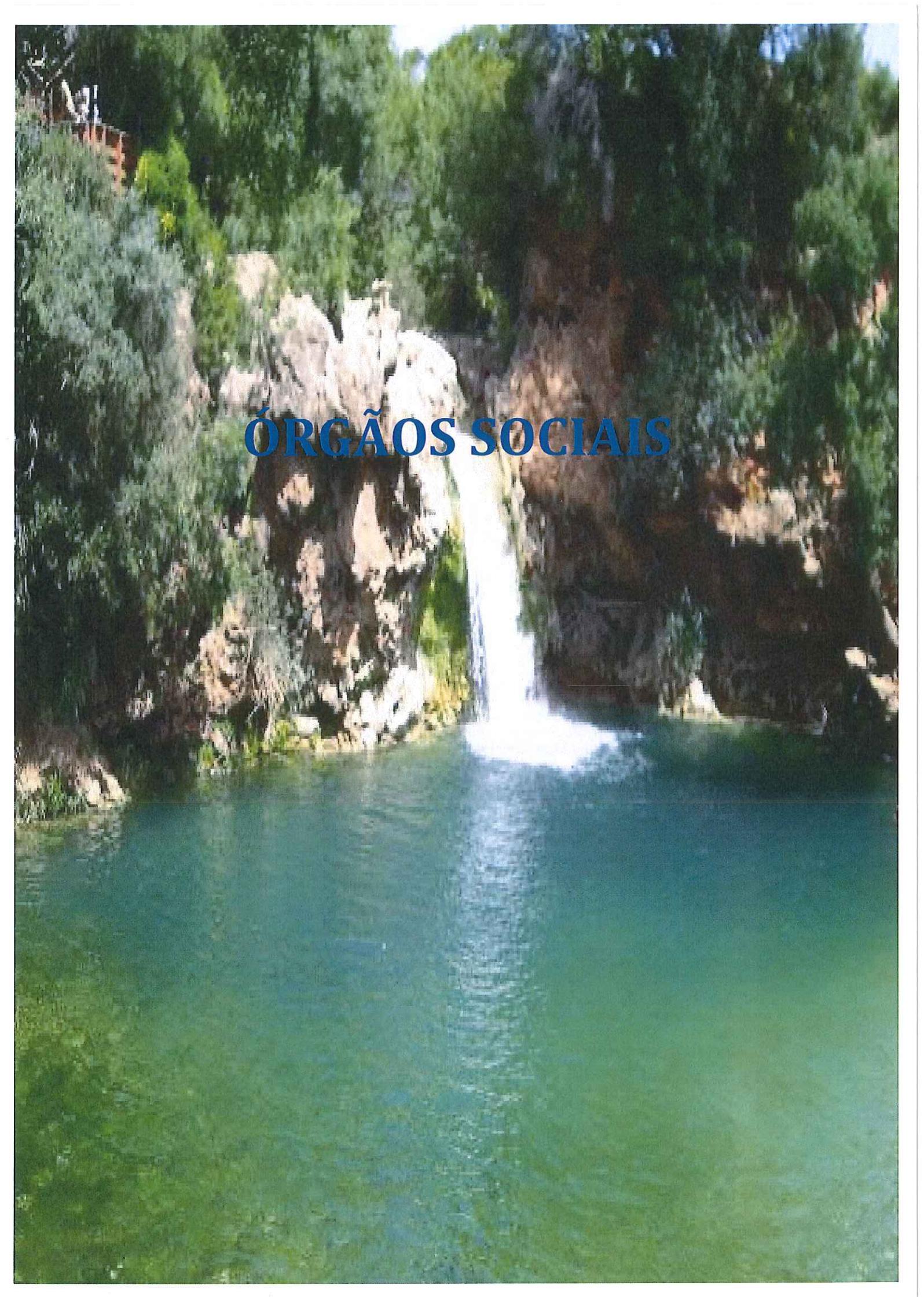


Relatório e Contas 2010



ÍNDICE

Órgãos Sociais.....	1
Relatório de Gestão.....	3
1. O plano de actividades.....	4
2. Águas de Abastecimento.....	13
2.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento.....	13
2.2. Controlo da Qualidade de Água.....	14
2.3. Zonas de Medição e Controlo.....	15
3. Saneamento.....	16
3.1. Controlo da qualidade dos efluentes.....	16
3.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR).....	17
3.3. Ligação ao sistema de saneamento, em alta, das Águas do Algarve.....	17
3.4. Diminuição das infiltrações nas redes.....	17
4. Recolha de RSU.....	18
4.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores.....	19
5. Jardins.....	20
5.1. Tratamento de pragas de plantas e jardins.....	21
5.2. Praga das palmeiras em Portugal.....	21
5.3. Praga das formigas e outros insectos das árvores.....	22
6. Limpeza de Praias.....	23
7. Limpeza Urbana.....	27
8. Sistema Gestão da Qualidade.....	29
8.1. Auditorias Externas e Internas.....	29
8.2. Acções de Melhoria.....	30
8.3. Reclamações e Sugestões de Clientes.....	30
8.4. Avaliação da Satisfação do Cliente.....	31
8.5. Avaliação de Fornecedores.....	32
8.6. Acompanhamento dos objectivos da Qualidade – recolha de dados e cálculo de indicadores.....	33
9. Actividades Ambientais.....	34
9.1. Dia da Biodiversidade.....	34
9.2. Dia da Criança.....	35
9.3. Dia Mundial da Água.....	36
9.4. Dia Nacional da Água.....	37
9.5. Reciclagem.....	37
10. Recursos Humanos.....	38
10.1. Estrutura Organizativa.....	38
10.2. Quadro de pessoal.....	39
10.3. Distribuição de colaboradores por sexo.....	39
10.4. Distribuição de colaboradores por departamento.....	40
10.5. Distribuição dos trabalhadores por idades.....	41
10.6. Distribuição dos trabalhadores por habilitação.....	42
10.7. Formação.....	42
10.8. Absentismo.....	44
10.9. Segurança e Higiene no trabalho.....	45
10.10. Medicina do Trabalho.....	45
10.11. Trabalho suplementar.....	46
10.12. Benefícios sociais.....	47
11. Investimento.....	48
12. Rácios Económicos.....	51
13. Rácios Financeiros.....	52
14. Rácios de Funcionamento.....	53
15. Proposta de aplicação de resultados.....	54
16. Agradecimentos.....	54
Demonstrações Financeiras.....	56
1. Balanço.....	57
2. Demonstração de resultados.....	58
3. Demonstração das alterações do capital próprio.....	59
4. Demonstração de fluxos de caixa.....	61
5. Anexo.....	62
Relatório e parecer do fiscal único.....	96



ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente:

José Manuel Madeira Guerreiro

Secretário:

Virgínia Chaves Ramos

Conselho de Administração

Presidente:

Jorge Manuel Nascimento Botelho

Vogais:

António Manuel Dias Chaves Ramos

António Manuel Guerreiro Salgado

Revisor Oficial de Contas

Sociedade:

Isabel Paiva, Miguel Galvão e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por João Miguel Pinto Galvão

Suplente: José Luís Guerreiro Nunes

A photograph of a narrow, cobblestone street in a white-walled town. The street is paved with irregular, grey stones and has several rectangular drainage channels. The buildings on either side are white with blue window frames and shutters. In the distance, a clock tower with a large clock face is visible. The sky is overcast.

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. O plano de actividades

O plano de actividades da empresa no ano de 2010 foi delineado de acordo com os Objectivos Gerais descritos nos quadros seguintes.

Cada quadro descreve o resultado final da actividade, obtido através da monitorização periódica do Plano definido.

A. Abastecimento de Água

Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	Actividades - Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	Dez-10
Redução das perdas de água	Controlo de perdas de água	Perdas de Água Totais na Rede	≤22%	P1	DOR	Mensal	14,10%
						Acumulado	22,84%
	Controlo de substituição de contadores	Taxa de substituição de contadores antigos (com ≥10anos)	Substituir programados até final ano - 1199	P10	DPO (calculado por DAF até Jul10)	Mensal	26,26%
						Acumulado	89,91%
	Criação de ZMC's e VRP's	Taxa de cumprimento do programa	≥90% até final do ano	P4	DOR	Mensal	0,00%
						Acumulado Ano	100,00%
	Campanha de detecção de fugas	Taxa de cumprimento da detecção directa - inspecção e correcção de 1 ZMC por semana	≥95%	P4	DOR	Mensal	200,00%
						Acumulado Ano	108,33%
	Controlo de perdas de água por ZMC	Cumprimento do prazo de início do controlo de perdas (até 1 mês depois da criação da ZMC)	0	P3	DOR	Acumulado Ano	0
	Melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores de gestão e produtividade	Controlo da qualidade da água de abastecimento	Taxa de cumprimento do VP de análises obrigatórias - PCQA	≥99% conformes	P1	DQS	Mensal
Acumulado							99,14%
Taxa de cumprimento do VP de Controlo Operacional			≥90% conformes	P8	DQS	Mensal	100,00%
						Acumulado	98,83%
Taxa de cumprimento do PCQA (frequência de análises)		100%	P1	DQS	Mensal	100,00%	
					Acumulado	100,23%	
Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais		Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DOR	Mensal	100,00%
						Acumulado	100,00%
	Tempo médio de entrega do orçamento após pedido do cliente	≤3 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Mensal	2,29	
					Nº Dias Médio Acumulado	2,09	

Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	Actividades - Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	Dez-10
Melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores de gestão e produtividade (continuação)	Controlo do tempo para execução de ramais	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 6 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DOR	Mensal	100,00%
						Acumulado	95,12%
		Tempo médio de execução de ramais após pagamento do cliente	≤5 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Mensal	3,80
						Nº Dias Médio Acumulado	4,37
	Controlo do tempo para colocação de contadores	Taxa de contadores instalados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95% Conformidades	P1	DPO	Mensal	100,00%
						Acumulado	98,55%
		Tempo médio de colocação do contador após pedido do cliente	≤1 dias úteis	P10	DPO	Nº Dias Médio Mensal	0,22
						Nº Dias Médio Acumulado	0,65
	Controlo do tempo para desligação de contadores	Taxa de contadores desligados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95% Conformidades	P1	DPO	Mensal	100,00%
						Acumulado	98,53%
		Tempo médio de desligação do contador após pedido do cliente	≤1 dias úteis	P10	DPO	Nº Dias Médio Mensal	0,24
						Nº Dias Médio Acumulado	0,31
	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das Estações Elevatórias Águas Abastecimento (EEAA)	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90% - SUSPENSO A PARTIR JUN10	P9	DME	Mensal	0,00%
						Acumulado Ano	35,45%
	Manutenção e gestão de equipamentos das EEAA	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥90%	P9	DME	Mensal	na
						Acumulado Ano	100,00%
Manutenção e gestão de equipamentos - Válvulas AA	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥90%	P9	DME	Mensal	na	
					Acumulado Ano	100,00%	
Manutenção e gestão de equipamentos - Marcos de Incêndio	Cumprimento do programa de cadastro e manutenção de Marcos de Incêndio	≥90% - SUSPENSO	P9	DOR	Mensal		
					Acumulado Ano		
Manutenção e gestão de equipamentos - Marcos de Incêndio	Cumprimento do prazo de conclusão do levantamento do cadastro dos marcos existentes pelos Bombeiros	prazo a definir - SUSPENSO	P9	DOR	Acumulado Ano		

B. Águas Residuais

Ação de Melhoria - Objectivos Gerais	Actividades - Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	Dez-10
Melhoria da qualidade do serviço, cumprimento das disposições legais e dos indicadores de gestão e produtividade de ETAR's e EE's	Controlo da qualidade dos efluentes	Taxa de análises laboratoriais conformes com as Licenças de Descarga - ETARs TOTAL	≥80%	P1	DQS	Mensal	100,00%
						Acumulado	92,31%
	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das EEAR	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90% - SUSPENSO A PARTIR JUN10	P9	DME	Mensal	0,00%
						Acumulado Ano	34,10%
	Manutenção e gestão de equipamentos das EEAR	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥90 %	P9	DME	Mensal	na
						Acumulado Ano	100,00%
	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DOR	Mensal	n.a.
						Acumulado	100,00%
		Tempo médio de entrega do orçamento após pedido do cliente	≤3 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Mensal	n.a.
						Nº Dias Médio Acumulado	2,44
	Controlo do tempo para execução de ramais	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 7 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DOR	Mensal	100,00%
						Acumulado	86,21%
		Tempo médio de execução de ramais após pagamento do cliente	≤5 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Mensal	3,33
						Nº Dias Médio Acumulado	5,07
Controlo do tempo de reposição de pavimentos (aplicável a águas de abastecimento e águas residuais)	Taxa de pavimentos repostos dentro do prazo de 10 dias úteis após intervenções	≥90% Conformidades	P1	DOR	Mensal	100,00%	
					Acumulado	99,23%	
	Tempo médio de reposição do pavimento após intervenções	≤5 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Mensal	2,47	
					Nº Dias Médio Acumulado	4,01	
Controlo de qualidade da reposição de pavimentos	Taxa de pavimentos conformes	≥95%	P4 ind	DOR	Mensal	100,00%	
					Acumulado	100,00%	
Controlo da Fiscalização de empreitadas	Não Conformidades ao acompanhamento do Plano de Qualidade por parte da Fiscalização	Adquirir histórico - SUSPENSO	P3	DPO-AE	Mensal		
					Acumulado		
Eliminação das infiltrações nas redes de águas residuais	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	Tratamento de águas residuais recolhidas (%)	≤82%	P1	DPO-AE	Mensal	168,00%
						Acumulado	156,51%
	Controlo sistemático de redes de saneamento	Programa de monitorização ao estado das redes	≥95% - SUSPENSO até entrada em funcionamento do equipamento	P4	DOR	Mensal	
						Acumulado	
	Controlo dos caudais de cheia	Cumprimento do programa de instalação de descarregadores de cheias em zonas críticas	≥75%	P4	DPO-AE	Mensal	n.a.
						Acumulado	22,22%

C. Resíduos Sólidos

Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	Actividades - Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	Dez-10
Melhoria da qualidade do serviço, dos indicadores de gestão e da produtividade	Avaliação do sistema de controlo dos circuitos (mensal)	Taxa de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	P5	DRLJ	Mensal	100,83%
		Taxa de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%		DRLJ	Mensal	100,33%
		Taxa de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%		DRLJ	Mensal	91,67%
		Taxa de execução dos circuitos de substituição de contentores lavados	≥90%		DRLJ	Mensal	109,52%
		Taxa de execução dos circuitos de monos e verdes	≥90%		DRLJ	Mensal	119,05%
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de recolha de RSU	≥90%	P5	DRLJ	Mensal	100,00%
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de limpeza urbana	≥90%		DRLJ	Mensal	108,33%
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de varredura mecânica	≥90%		DRLJ	Mensal	100,00%
		Conformidade de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	P5	DRLJ	Mensal	100,00%
		Conformidade de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%		DRLJ	Mensal	100,00%
		Conformidade de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%		DRLJ	Mensal	100,00%
		Avaliação do sistema de controlo dos circuitos (acumulado)	Taxa de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	P5	DRLJ	Acumulado
	Taxa de execução dos circuitos de limpeza urbana		≥90%	DRLJ		Acumulado	101,25%
	Taxa de execução dos circuitos de varredura mecânica		≥90%	DRLJ		Acumulado	86,00%
	Taxa de execução dos circuitos de substituição de contentores lavados		≥90%	DRLJ		Acumulado	117,60%
	Taxa de execução dos circuitos de monos e verdes		≥90%	DRLJ		Acumulado	119,20%
	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de recolha de RSU		≥90%	P5	DRLJ	Acumulado	100,00%
	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de limpeza urbana		≥90%		DRLJ	Acumulado	115,67%
	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de varredura mecânica		≥90%		DRLJ	Acumulado	100,00%
	Conformidade de execução dos circuitos de recolha de RSU		≥90%	P5	DRLJ	Acumulado	100,00%
	Conformidade de execução dos circuitos de limpeza urbana		≥90%		DRLJ	Acumulado	100,00%
	Conformidade de execução dos circuitos de varredura mecânica		≥90%		DRLJ	Acumulado	96,51%
	Controlo dos pedidos de recolha de Monos e Verdes		Taxa de pedidos de clientes relativamente ao total recolhido	≥7%	P5	DRLJ	Mensal
		Acumulado					9,13%
	Controlo da recolha de recicláveis total (ALGAR e Taviraverde)	Taxa de recolha de recicláveis (no total) relativamente ao total dos resíduos pagos à ALGAR	≥12%	P5	DRLJ	Mensal	19,31%
						Acumulado	15,54%
		Aumento da recolha de recicláveis (no total) relativamente ao ano anterior	≥15%	P5	DRLJ	Mensal	49,73%
Acumulado						21,71%	
Diminuição da quantidade de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	Taxa de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	≤99,99%	P1	DRLJ	Acumulado	101,86%	

D. Administrativo Comercial e Geral

Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	Actividades - Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	Dez-10
Melhoria das condições de funcionamento e operacionalidade	Leitura de contadores mensal	Nº de contadores não lidos mensalmente	≤500	P2ind	DAF-DC	Mensal	346
	Actividade de fiscalização de águas e resíduos	Taxa de cumprimento do programa	≥90%	P5	DRLJ	Mensal	100,00%
						Acumulado	100,00%
	Compilação atempada dos indicadores de desempenho - prazo: até à sexta-feira antes de cada reunião de coordenação	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DQS	≥90%	P1	DQS	Mensal	100,00%
						Acumulado	100,00%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DME	≥90%	P1	DQS	Mensal	100,00%
						Acumulado	100,00%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DAF	≥90%	P1	DQS	Mensal	100,00%
						Acumulado	99,58%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DPO-AE	≥90%	P1	DQS	Mensal	100,00%
						Acumulado	93,18%
		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DPO	≥90%	P1	DQS	Mensal	100,00%
						Acumulado	100,00%
Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DOR	≥90%	P1	DQS	Mensal	100,00%		
				Acumulado	100,00%		
Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DRLJ	≥90%	P1	DQS	Mensal	100,00%		
				Acumulado	98,86%		
Diminuição dos montantes em dívida pelos clientes e outros devedores	Prazo de realização de cortes de fornecimento de água	Taxa de cortes efectuados dentro do prazo de 30 dias após emissão de listagem de cortes	≥95%	P2	DAF	Mensal	99,36%
		Acumulado	99,91%				
	Cálculo mensal da taxa de restabelecimentos realizados	≤1 não conformidade	P2ind	DAF	Acumulado	0	
					Eficácia dos processos de cobrança duvidosa	Taxa de cobrança efectiva dos valores em dívida (na sequência de processo de cobrança)	Adquirir histórico
	Diminuição do nº de processos de cobrança duvidosa	Taxa de cobranças realizadas sem necessidade de colocação de processos de cobrança duvidosa	Adquirir histórico	P2ind	DAF/DJ	Acumulado	54,25%
						Execução de processos de cobrança duvidosa pendentes	Taxa de processos de cobrança duvidosa finalizados mensalmente
	Acumulado	99,04%					
	Melhoria do nível de satisfação do cliente	Redução do tempo de resposta a reclamações	Taxa de reclamações respondidas dentro do prazo de 10 dias úteis	≥90% Conformidades	P1	DQS	Mensal
Acumulado			99,13%				
Tempo médio de resposta a reclamações		≤10 dias úteis	P8 ind	DQS	Nº Dias Médio Mensal	4,00	
					Nº Dias Médio Acumulado	3,79	
Aumento do registo dos contactos dos clientes		Nº de clientes com registo de telefone/telemóvel	≥18000	P2	DAF-DC	Acumulado	27.546
		Nº de clientes com registo de e-mails	≥3500	P2	DAF-DC	Acumulado	5.517
Controlo do nível de Satisfação do Cliente		Nível de Satisfação do Cliente	≥75%	P1	DQS	Mensal	82,05%

Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	Actividades - Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	Dez-10
Higiene e Segurança no Trabalho	Controlo do cumprimento das normas de segurança (uso de EPI's, EPC, outras)	Nº de NC sobre as normas de segurança implementadas	20	P1	DQS	Mensal	10
						Acumulado	62
	Controlo do uso de fardamento	Nº de NC de uso de fardamento	10	P1	DQS	Mensal	0
						Acumulado	38
	Limpeza e arrumação dos locais de trabalho	Nº de NC de falta de limpeza e arrumação	5	P1	DQS	Mensal	0
						Acumulado	0
	Controlo de Acidentes de Trabalho	Índice de Frequência (avalia a frequência com que os AT ocorrem)	<40 (classificação OMS: bom)	P8Ind	DAF	Mensal	37
						Acumulado	36
		Índice de Gravidade (avalia a gravidade dos AT ocorridos em termos de dias de trabalho perdidos)	<1 (classificação OMS: bom)	P1	DAF	Mensal	4,48
						Acumulado	1,45
Índice de Incidência (avalia o n.º médio de trabalhadores afectados por AT)	Adquirir histórico	P8Ind	DAF	Mensal	6		
				Acumulado	67		
Redução do nº de dias não trabalhados por AT relativamente ao ano anterior	≥10%	P1	DAF	Acumulado	-12,16%		
Gestão de Recursos Humanos	Realização das Acções de Formação Preconizadas	Cumprimento do nº mínimo legal de horas de formação por colaborador (35h/colab/ano)	0	P1	DAF	Acumulado	181
		Taxa de cumprimento do Plano de Formação	≥95%	P6	DAF	Mensal	100,00%
	Absentismo	Taxa de Absentismo	Adquirir histórico	P8Ind	DAF	Mensal	5,47%
						Acumulado	3,37%
		Taxa de Absentismo sem baixas prolongadas	<1,5%	P1	DAF	Mensal	3,66%
						Acumulado	2,32%
	Taxa específica por incapacidade (de curta ou longa duração) devida a doença e acidente	Adquirir histórico	P8Ind	DAF	Mensal	5,21%	
					Acumulado	2,93%	
	Controlo de Horas Extraordinárias	Horas extraordinárias efectuadas na globalidade	Adquirir histórico	P8Ind	DAF	Mensal	345
		Nº de colaboradores que excederam o limite legal de horas extraordinárias	0	P1	DAF	Acumulado	9
Gestão da Documentação e dados	Controlar a Documentação	Não Utilização de Documentos sem codificação	0 NC	P1	DQS	Mensal	N.A.
		Não utilização de documentos Obsoletos	0 NC	P1	DQS	Mensal	N.A.
						Acumulado	2
Controlo do tempo de circulação de documentos entre os vários sectores da empresa	≤1 dia	P7	DAF	Mensal	0,14		
				Acumulado	2,87		
Acompanhamento do SG	Realização das Auditorias Preconizadas	Taxa de cumprimento do Programa Anual de Auditorias	≥95%	P8	DQS	Mensal	N.A.
						Acumulado	100%
	Eficácia das Acções Correctivas	Não Existência de Re-ocorrência por AM	Adquirir histórico	P8	DQS	Mensal	0
						Acumulado	0

E. Plano de Investimentos

Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	Actividades - Objectivos Sectoriais	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	Dez-10
Cumprimento do plano de obras	Cumprimento das obras e benfeitorias previstas no plano de investimentos anual	Taxa de cumprimento do programa estabelecido (obras em curso)	≥90%	P3	DPO-AE	Acumulado	95,14%



Actividade da Empresa

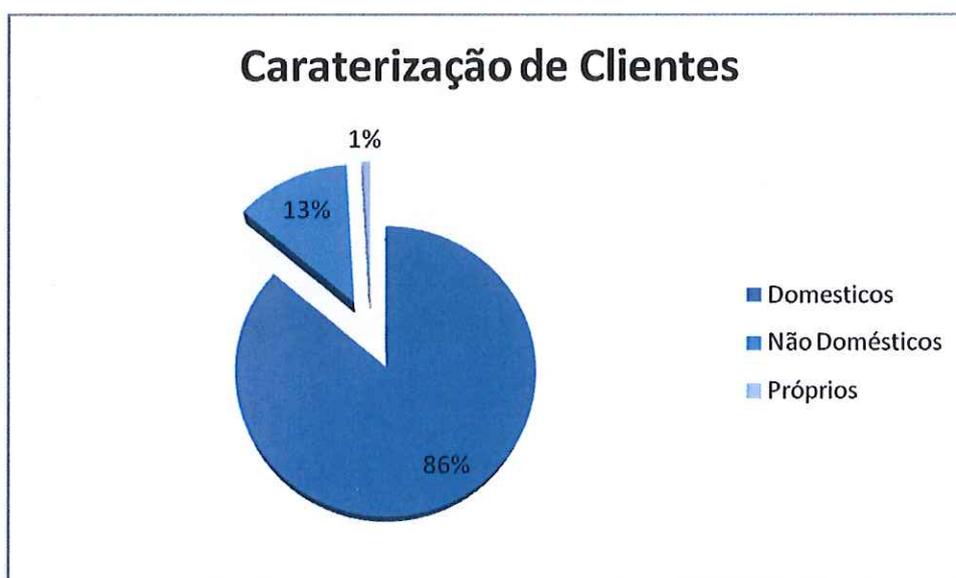
O ano de 2010 foi um ano de viragem na evolução dos consumos. Pela primeira vez, desde que dispomos de histórico, a quantidade de água vendida diminuiu. Esta diminuição deveu-se, principalmente, à menor utilização das segundas habitações existentes e que representam cerca de um terço dos clientes da empresa. O seu impacto nas contas da empresa foi uma diminuição de receita de 14,5%.

Foi também o ano de estudo das várias alternativas de aplicação das recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) ao tarifário a praticar pela empresa para 2011.

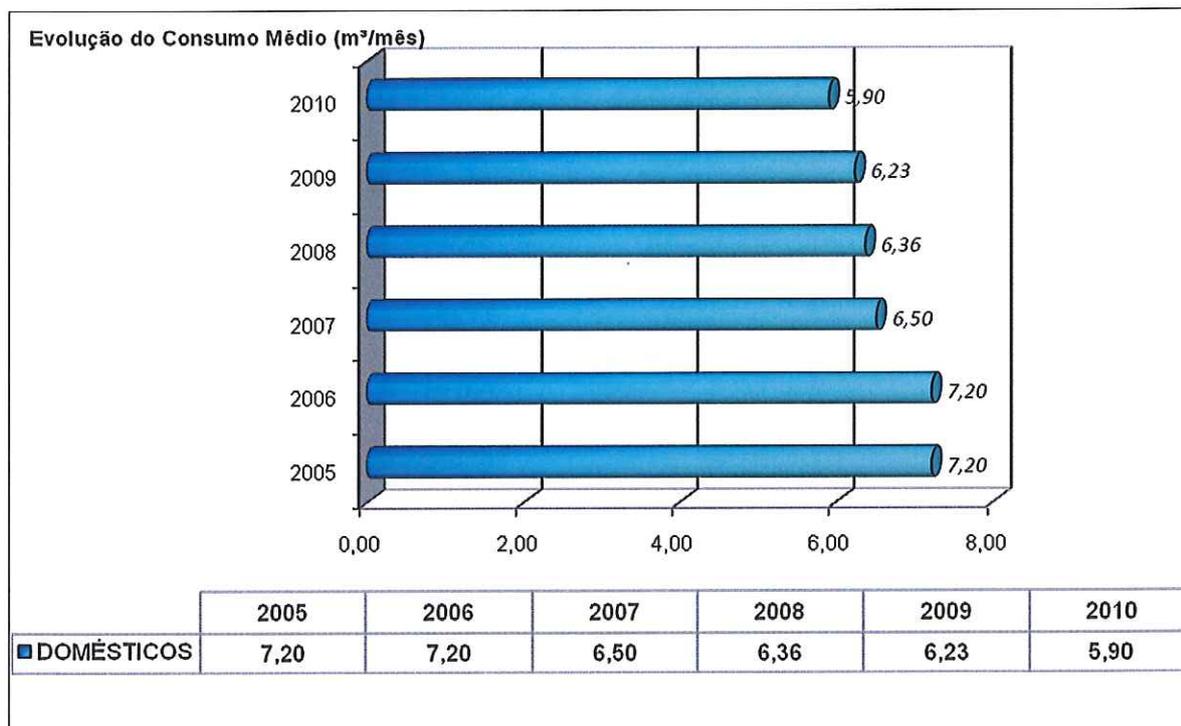
Nos pontos seguintes descrevem-se os principais parâmetros da actividade da empresa registados durante o ano que findou.

A caracterização dos clientes da Taviraverde no ano de 2010 é a que se indica no quadro seguinte:

CARACTERIZAÇÃO DE CLIENTES	2007			2008			2009			2010		
	CLIENTES	CONSUMOS	SERVIÇO EFECTIVO	CLIENTES	CONSUMOS	SERVIÇO EFECTIVO	CLIENTES	CONSUMOS	SERVIÇO EFECTIVO	CLIENTES	CONSUMOS	SERVIÇO EFECTIVO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	18.768	2.160.158		19.470	2.165.156		20.268	2.254.611		20.731	2.060.683	
CLIENTES DOMÉSTICOS	16.104	1.261.858	66%	16.876	1.265.173	76%	17.500	1.308.999	79%	18.075	1.280.109	77%
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2.664	898.300		2.010	513.721		2.411	650.106		2.244	546.592	
OUTROS	209	131.791		312	185.490		171	147.901		379	221.568	
PRÓPRIOS				272	200.772		186	147.605		33	12.414	
ÁGUAS RESIDUAIS	16.170	1.643.548		16.860	1.605.261		17.700	1.648.344		18.387	1.591.976	
CLIENTES DOMÉSTICOS	13929	1.023.918	53%	14.762	1.041.564	63%	15.477	1.092.430	67%	16.309	1.101.424	67%
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2241	619.630		1.840	435.312		2.223	555.914		2.077	490.399	
OUTROS				258	128.385					1	153	
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (T)		16.839		100%			16.668	100%			16.204	
FOGOS NO CONCELHO (TOTAL)	16.700 (Censos 2001)											



O gráfico seguinte ilustra a evolução dos consumos médios por cliente/mês desde a constituição da empresa.



2. Águas de Abastecimento

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores deste sector em 2010.

ANO	ÁGUAS DE ABASTECIMENTO			
	ÁGUA VENDIDA (m ³)	CUSTO DA ÁGUA VENDIDA (€)	PREÇO MÉDIO DE VENDA (€)	VENDA DE ÁGUA E COMPONENTE FIXA (€)
2005	1.820.518	1,37 €	1,07 €	1.936.544 €
2006	1.997.131	1,16 €	1,22 €	2.436.963 €
2007	2.160.158	1,11 €	1,39 €	3.009.284 €
2008	2.167.000	1,24 €	1,35 €	3.304.458 €
2009	2.254.611	1,21 €	1,38 €	3.328.016 €
2010	2.060.683	1,31€	1,46€	3.193.648€

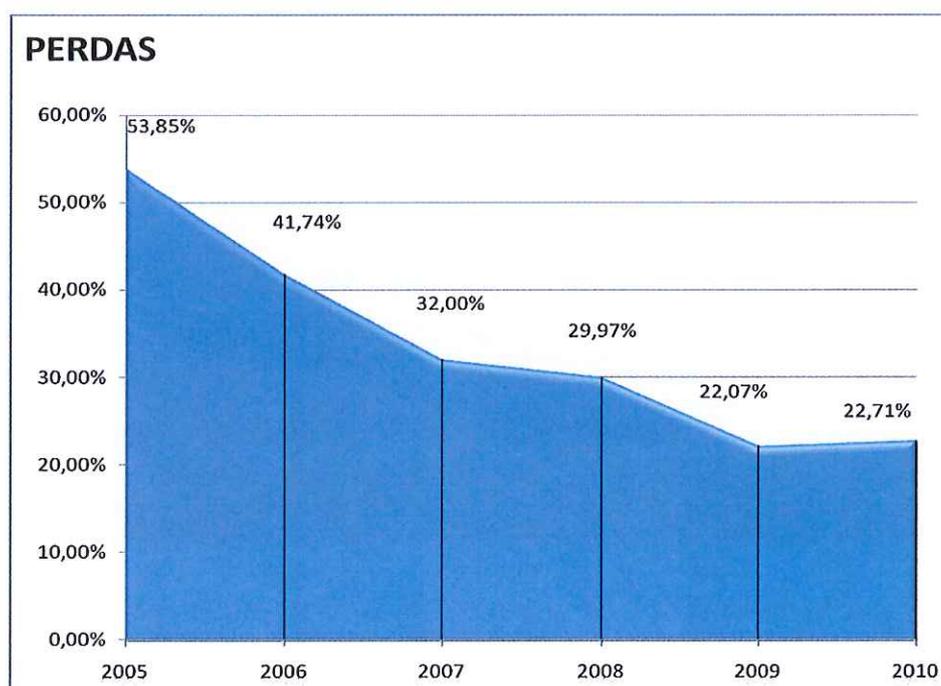
Nota: os números indicados dizem respeito ao total dos anos respectivos salvo o referente ao custo do m³ de água vendida de 2005, que diz respeito ao período de Março a Dezembro.

2.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento

Este programa, iniciado em 2005, continuou a ter a máxima importância em 2010 e será, em permanência, um dos programas operacionais mais relevantes da actividade da empresa.

Consideramos que tem sido um programa com bastante sucesso já que, no ano anterior ao início de actividade da empresa (2004), as perdas tinham sido de 58%.

O quadro seguinte apresenta graficamente a evolução de resultados deste programa:



No ano de 2010, foram aduzidos menos **269.000 m³** (-9,1%) e vendidos menos **195.000 m³** (-9,1%) apesar de a percentagem de perdas ter aumentado, considerando a diminuição do consumo registada, de facto perderam-se menos **74.000 m³**.

No final de 2009, prevíamos ser possível estar abaixo dos 20% de perdas mas a redução obtida não foi suficiente.

2.2. Controlo da Qualidade de Água

O sistema de Gestão da Qualidade da Tavraverde garante o controlo de processos e parâmetros nas fases distribuição da água e de captação e tratamento (onde aplicável). Foi necessário instalar sistemas de tratamento para remoção do ferro e manganês em todas as novas zonas de abastecimento. O controlo da qualidade é assegurado por laboratório externo acreditado e aprovado pela ERSAR.

• Processo de Monitorização

Anualmente é elaborado um plano de monitorização da qualidade da água, sujeito a aprovação pela Administração, que incide em dois tipos de controlos:

- o *controlo legal* de acordo com o Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), efectuado directamente na torneira do consumidor, aprovado pela ERSAR;
- o controlo operacional ou de vigilância, efectuado às origens de água sujeitas a tratamento (remoção de ferro e manganês e/ou desinfecção).

A Tavraverde cumpriu integralmente ambos os programas de controlo de qualidade da água.

• Controlo legal

No ano de 2010, realizaram-se todas as análises agendadas no PCQA, com periodicidade semanal em 128 pontos de colheita distribuídos geograficamente por 8 zonas de abastecimento [7 das quais com origens próprias e 1 fornecida pela Entidade Gestora (EG) em alta].

No total, foram efectuadas 1310 análises, observando-se *100%* de frequência de realização e *99,14%* de conformidades dos valores paramétricos legais.

Houve uma diminuição, relativamente ao ano anterior, das situações de incumprimento detectadas (num total de 9 ocorrências), continuando-se a cumprir o indicador ERSAR para esta matéria.

Os incumprimentos detectados ocorreram principalmente na Zonas de Abastecimento (ZA) fornecida pela EG em alta, e deveram-se sobretudo a concentração de desinfectante residual insuficiente (*4 registos de incumprimento*), situação que tem sido mais frequente desde que a Águas do Algarve reduziu a concentração de desinfectante residual nos Pontos de Entrega.

Nesta ZA verificaram-se também episódios de turvação, com origem na qualidade dos materiais da rede predial (*2 registos de incumprimentos*) e, como tal, da responsabilidade dos respectivos proprietários.

Os restantes incumprimentos deveram-se a alterações pontuais ou sazonais de qualidade nas origens próprias (3 registos de incumprimentos); no caso das alterações sazonais, passou-se a fazer o abastecimento à ZA através de outra origem.

Controlo operacional ou de vigilância

O Controlo Operacional (CO) foi realizado nas Zonas de Abastecimento onde se efectua o tratamento de água ou apenas o reforço de cloro, nomeadamente: Cachopo, Feiteira, Mealha, Carrapateira, Faz Fato, Estorninhos, Bengado, Porto Carvalhoso, Santa Catarina e Cruz do Areal.

Nestes, o CO é feita pela monitorização à saída das captações e também na rede de abastecimento, o que nos permite averiguar não só a potabilidade da água de origem, como também a eficiência do tratamento efectuado. Sempre que necessário, podem ser feitas análises adicionais às várias etapas dos processos de tratamento.

No decurso do ano foram realizadas um total de 3769 análises (das quais 1853 correspondem à água tratada, ou seja 49%), distribuídas por cada um dos CO com periodicidade mensal, tem-se verificado 98,83% de conformidades dos valores paramétricos legais na água tratada.

Com base nos valores obtidos tanto no Controlo Legal como no Controlo Operacional, foi possível concluir que, com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a qualidade da água distribuída cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa.

2.3. Zonas de Medição e Controlo

No ano de 2009, conforme consta do respectivo Relatório, foi atingido um dos objectivos traçados para o programa de controlo de perdas, pela afectação das fichas individuais de clientes à respectiva Zona de Medição e Controlo (ZMC).

Foram instalados caudalímetros em todas as ZMC fixas existentes e foi possível começar a fazer o controlo das perdas em cada uma delas.

Este controlo permitiu, em 2010, a efectivação da identificação das zonas mais problemáticas e o planeamento e desencadeamento de acções para a diminuição das respectivas perdas.

3. Saneamento

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector em 2010:

ANO	SANEAMENTO						
	CAUDAL TRATADO (M ³)			CAUDAL COBRADO	CUSTO	PREÇO MÉDIO DE VENDA	RECEITAS TOTAIS
	AdA	Próprios	TOTAL	(M ³)	M ³ COBRADO	(€)	
2005	N/A			1.313.163	0,38 €	0,49 €	646.892 €
2006	1.500.128		1.500.128	1.531.163	0,53 €	0,55 €	844.166 €
2007	506.590	909.956	1.416.546	1.643.548	0,60 €	0,85 €	1.402.966 €
2008	1.062.785	864.924	1.927.709	1.605.261	0,87 €	0,79 €	1.617.015 €
2009	1.232.541	524.388	1.756.929	1.657.754	0,93 €	0,83 €	1.501.598 €
2010	1.544.743	482.766	2.027.509	1.593.027	1,11€	0,82€	1.410.194€

Nota: os números indicados referentes a 2005 dizem respeito ao total do ano salvo o custo do m³ cobrado que diz respeito ao período de Abril a Dezembro.

O preço médio de venda inclui apenas as tarifas fixas e variáveis.

3.1. Controlo da qualidade dos efluentes

O programa de controlo da qualidade dos efluentes foi efectuado de acordo com as licenças de descargas das ETAR sob nossa gestão, nomeadamente: Tavira, Santa Catarina, Bengado, Porto Carvalhoso, Carrapateira, Feiteira, Mealha e Casas Baixo (que entrou em funcionamento no início desse ano).

Das 43 amostragens programadas e efectuadas no decurso do ano, foram analisados 502 dos 522 parâmetros obrigatórios (96,17% de frequência), mais 96 parâmetros adicionais, num total de 598 análises realizadas.

Das análises efectuadas constata-se que 73,44% estavam conformes com os limites estabelecidos nas respectivas licenças de descarga.

Os incumprimentos detectados referem-se à *ETAR de Santa Catarina*, *ETAR da Mealha*, *ETAR da Várzea*, *ETAR do Porto Carvalhoso* e *ETAR da Carrapateira*.

Relativamente à *ETAR de Santa Catarina*, apesar do incumprimento detectado em Janeiro (SST), verifica-se uma franca melhoria das suas condições de funcionamento, constatando-se o cumprimento de todos os parâmetros nas amostragens realizadas em Abril e Julho. Já na amostragem de Outubro, devido à entrada em funcionamento dos lagares de azeite daquela região, não foi possível cumprir nenhum dos parâmetros de descarga desta ETAR. Continua-se a aguardar a transição da gestão desta ETAR para a EG em alta.

Relativamente à *ETAR da Mealha*, verificou-se uma avaria no sistema de bombeamento/recirculação, tendo a situação normalizado logo após a sua reparação.

Na *ETAR da Várzea*, a fraca afluência de águas residuais dificulta a optimização do seu funcionamento, pelo que apresenta uma reduzida eficiência de tratamento; passou-se a alimentar periodicamente esta ETAR com águas residuais brutas do sistema de Tavira, à semelhança do que já se faz para outras

estações com o mesmo problema, pelo que esta ETAR está agora com as eficiências desejadas e a cumprir a totalidade dos requisitos de descarga.

Relativamente à *ETAR do Porto Carvalhoso*, devido à fraca afluência de águas residuais a esta ETAR, a carga orgânica é demasiado baixa para permitir o equilíbrio biológico necessário para que o tratamento seja eficiente; para além desse factor, verificou-se que a bomba de injeção de ar comprimido se encontrava a funcionar de forma irregular, tendo mesmo acabado por avariar. Passou-se a alimentar periodicamente esta ETAR com águas residuais brutas do sistema de Tavira, pelo que está agora com as eficiências desejadas e a cumprir a totalidade dos requisitos de descarga.

O incumprimento em SST detectado na ETAR da Carrapateira ocorreu no seguimento da alimentação artificial feita semanalmente a esta ETAR, que se constatou ser excessiva para a sua capacidade de tratamento naquela altura do ano, pelo que se reduziu a sua frequência.

3.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)

O programa de reabilitação de EEAR foi interrompido em 2010, por restrições orçamentais.

3.3. Ligação ao sistema de saneamento, em alta, das Águas do Algarve

Faltam ainda ligar, àquele sistema, algumas das zonas baixas da cidade, cujas obras sofreram atraso. Com as obras já executadas até à data, são colocados no sistema em alta, cerca de 70% dos efluentes recolhidos na respectiva zona de influência. Estas ligações permitiram desactivar os órgãos de tratamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Tavira (Vale Caranguejo). Os efluentes, que ainda não foi possível ligar, são tratados nas lagoas do Arraial Ferreira Neto.

3.4. Diminuição das infiltrações nas redes

O problema das infiltrações de águas, salgada e pluvial revelou-se mais grave do que previsto de acordo com os dados disponíveis anteriormente. No que respeita à Cidade, só após a realização das obras de desvio das águas residuais da baixa da cidade, foi possível proceder à inspecção vídeo dos colectores e começar com as reabilitações. Considerando a elevada necessidade de investimento necessário, este programa sofreu atrasos.

No que respeita à Luz de Tavira e a Cabanas, a solução do problema será mais complexa e, ao contrário do que se previa, não foi possível resolve-la até ao final do ano de 2010.

4. Recolha de RSU

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector em 2010:

ANO	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS			
	RSU		CUSTOS (Ton)	TARIFA FIXA E TARIFA VARIÁVEL DE RSU
	(Ton)	RECEITA (Ton)	RSU	TOTAIS
2005	13.369	32,56 €	143,78 €	435.936 €
2006	17.377	99,49 €	136,17 €	1.483.900 €
2007	16.839	117,70 €	160,76 €	2.023.742 €
2008	16.669	113,00 €	169,00 €	2.360.418 €
2009	16.204	126,00 €	175,00 €	2.321.490 €
2010	16.505	129,43€	167,75€	2.597.418€

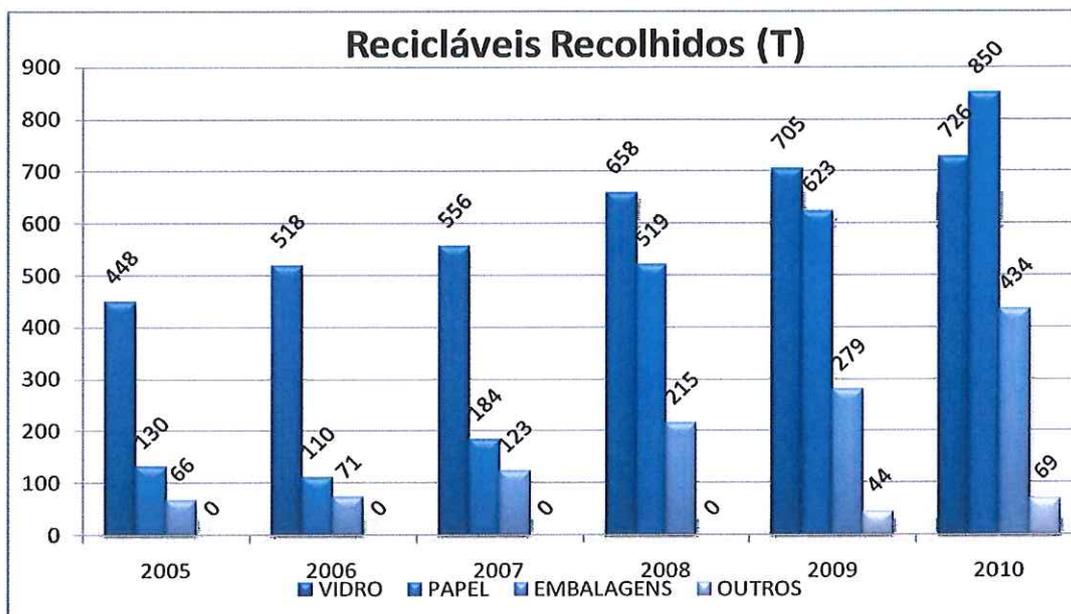
Nota: os números indicados, para 2005, dizem respeito aos meses de actividade. Os restantes números dizem respeito ao ano completo.



Nota: Os valores apresentados para o ano 2005 correspondem ao total de toneladas de indiferenciados recolhidos pela Câmara Municipal de Tavira (Janeiro e Fevereiro) e pela Taviraverde (Março a Dezembro).

O prejuízo por tonelada, incluindo todas as receitas do sector, foi de **38 €**.

O indicado como receita/ton inclui apenas as tarifas fixas e variáveis.



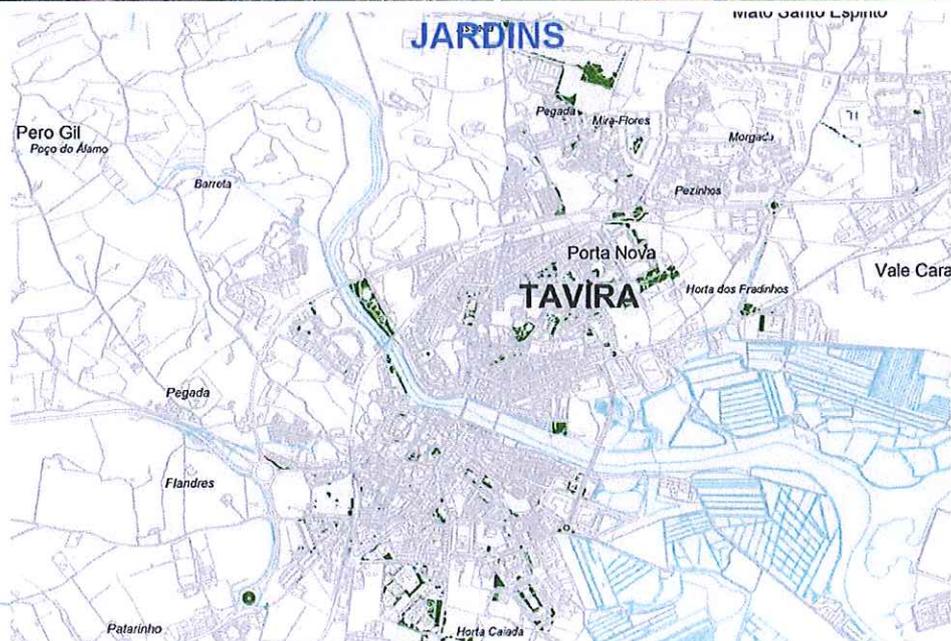
4.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores

Os programas de controlo da qualidade do serviço com a efectivação de inspecções semanais aleatórias aos diversos circuitos mantiveram-se durante todo o ano de 2010. Estes programas foram cumpridos a 100% relativamente ao planeado.

Foram lavados em estaleiro cerca de 1.000 contentores por mês e foi cumprido o planeamento das lavagens dos marcos de deposição da contentorização enterrada (RSU e Recicláveis) com a periodicidade definida de acordo com a época do ano, ou seja, na época de Verão, semanalmente e quinzenalmente no resto do ano.

5. Jardins

Esta actividade é desenvolvida no âmbito do contrato programa de espaços verdes celebrado com o Município de Tavira. Está contratada a manutenção de cerca de 155.000 m² de área verde, pelo valor 837.049,42€/ano.



5.1. Tratamento de pragas de plantas e jardins

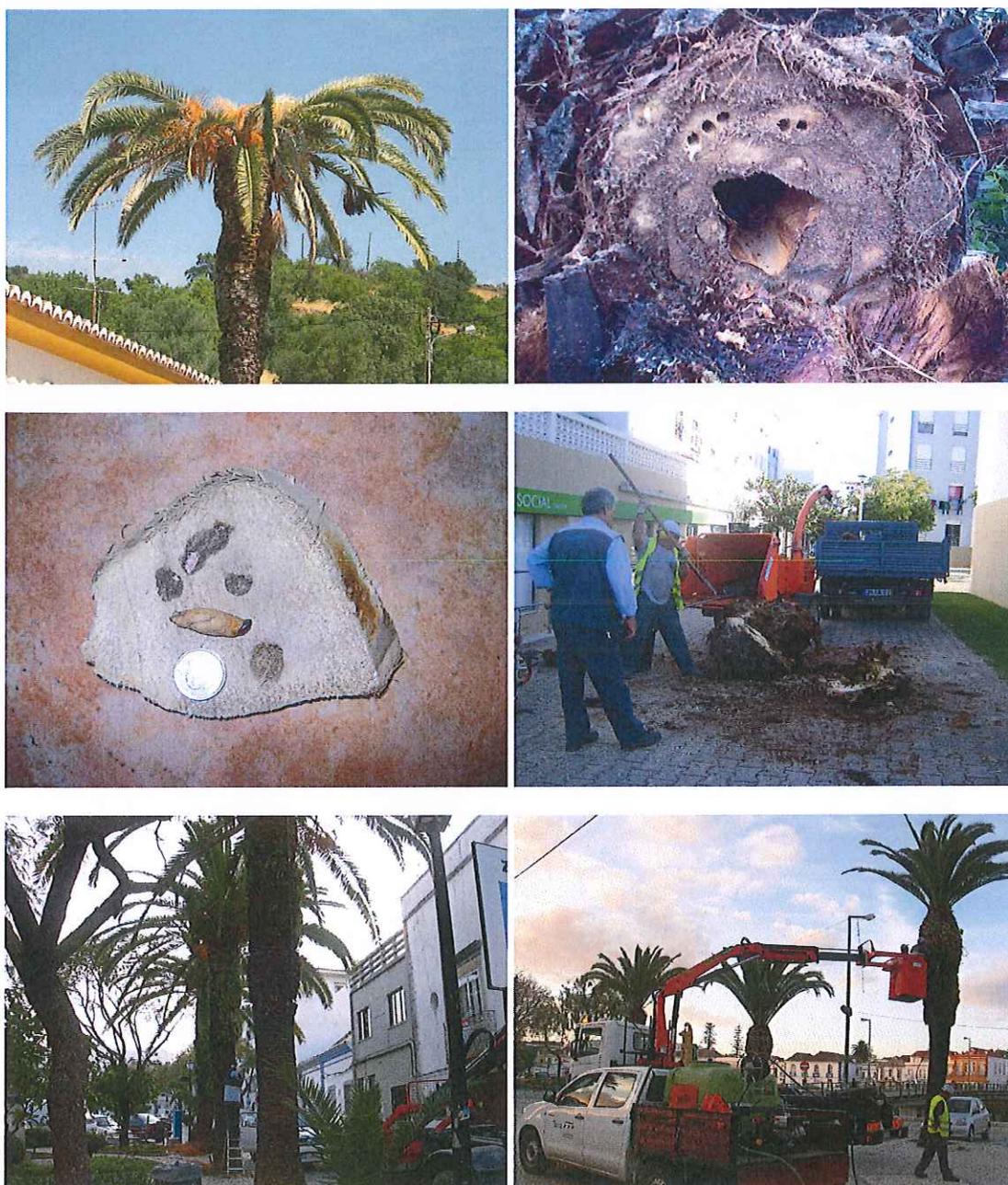
Foram identificadas diversas pragas em árvores e espaços públicos que mereceram da nossa parte a maior atenção com a realização de diversos tratamentos fitossanitários.

5.2. Praga das palmeiras em Portugal

De realçar o aparecimento e identificação de uma praga nova, o escaravelho das palmeiras (*Rhynchophorus ferrugineus* "Olivier"), que está a provocar fortes danos e impacto a nível paisagístico nos nossos meios urbanos.

Para fazer face a estas situações, foi dada formação específica na aplicação de produtos fitossanitários a 6 dos nossos colaboradores.

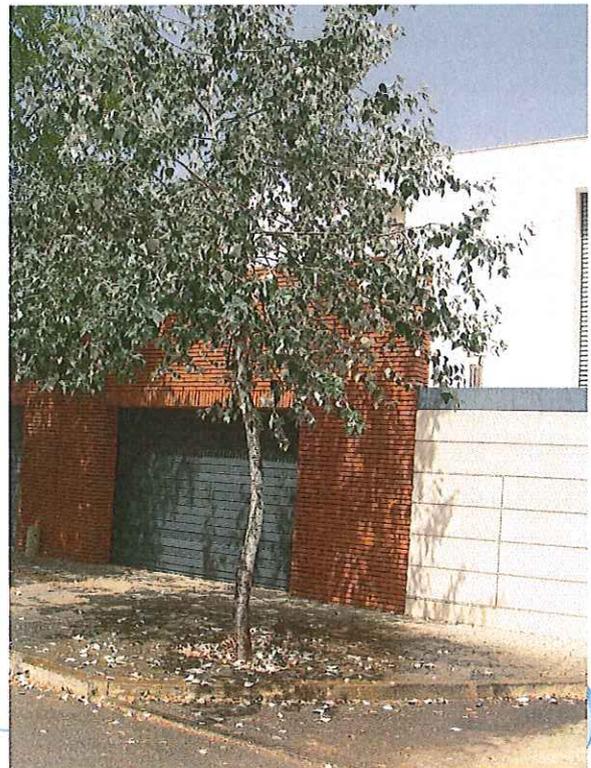
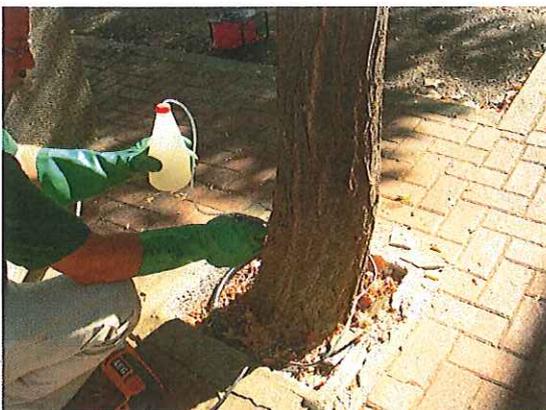
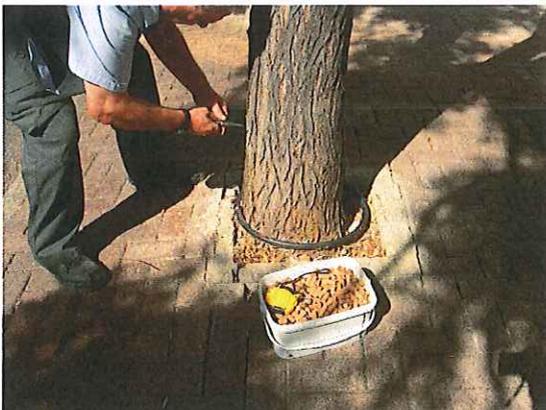
Foi efectuado um programa de tratamento preventivo e curativo, para fazer face à praga no concelho.



5.3. Praga das formigas e outros insectos das árvores

Durante algumas épocas do ano, nomeadamente, na Primavera /Verão é frequente surgirem as pragas de formigas e insectos das árvores o que provoca algum desconforto na população.

As pragas são difíceis de controlar, contudo a Taviraverde faz um planeamento de intervenções preventivas para minimizar o problema e evitar a insatisfação dos clientes.



6. Limpeza de Praias

Os serviços de limpeza do areal, WC públicos, envolventes de praias e estacionamento, acessos/passadeiras e respectivas envolventes, foram efectuados conforme planeado e previsto no Contrato de Gestão para a limpeza de praias, celebrado entre a Câmara e a Taviraverde, E.M. Os serviços de limpeza mecânica do areal foram cumpridos com excepção da Terra Estreita, onde a área de areia seca é reduzida, sobretudo em marés vivas.

Foi adquirido e entrou em funcionamento um tractor de 85 cv em substituição de um em fim de vida, procedeu-se à substituição do motor antigo da embarcação Estrela da Ilha por um motor novo de 75cv. Foram adquiridos 50 contentores de 120 litros para reforço das ilhas ecológicas de praias, na Ilha de Tavira, Cabanas e Barril.

A recolha e transporte de resíduos foi efectuada como planeado, com excepção dos da Ilha de Cabanas, onde por razões logísticas, (indisponibilidade de utilização do barco Medo das Cascas), não foi possível cumprir a frequência prevista, e dos recicláveis onde o transporte diário se mostrou desnecessário.

Foram recolhidos e transportados para local apropriado os seguintes resíduos:

Tipo de resíduos	Quantidade
RSU	127,10 Toneladas
Monstros	6,26 Toneladas
Vidro	30,02 Toneladas
Embalagens	27,50 Toneladas
Papel/cartão	12 Toneladas
Óleos alimentares usados provenientes dos restaurantes e parque de campismo	2750 Litros

Quanto aos resíduos recolhidos e relativamente ao ano anterior verificou-se uma significativa redução de 44,70% nos RSU (diminuição de cerca de 103 toneladas), um aumento bastante significativo (de 60%) nos recicláveis (embalagens e papel/cartão), que se deve sobretudo à adesão da população das praias à reciclagem, ao reforço das ilhas ecológicas na Ilha de Tavira, Ilha de Cabanas e Barril, e ao esforço de reciclagem do Parque de Campismo e ao grande trabalho da recolha por nós efectuado. Também a recolha de óleos alimentares sofreu um aumento de 1300 litros, tendo sido estendida a recolha à praia do Barril. Por sua vez os “monstros” tiveram uma significativa redução de 46,5.

Tanto na Ilha de Tavira como na de Cabanas, foram recolhidos e colocados em locais isolados para posterior trituração, grande quantidade de resíduos orgânicos, sobretudo canas e restos de árvores como resultado da grande quantidade de precipitação ocorrida no passado Inverno.



Na Ilha de Tavira, em complemento e continuação do trabalho feito durante o ano de 2009, (colocação de 22 ilhas ecológicas e implementação do sistema de recolha selectiva junto do comércio - restaurantes e parque de campismo, foram instaladas mais 6 ilhas ecológicas com as 4 valências (resíduos urbanos, vidro, embalagens e papel/cartão), tendo-se conseguido uma boa adesão por parte da população, conforme se verifica através do aumento dos recicláveis.



Na praia do Barril, com a nossa colaboração, funcionaram as ilhas ecológicas com boa adesão dos utentes e implementou-se junto dos comerciantes a deposição selectiva, tendo o concessionário conseguido reduzir significativamente o valor dos indiferenciados, o que equivale a redução de custos.

Na ilha de Cabanas deu-se continuidade, conjuntamente com o concessionário, ao processo de deposição e recolha de recicláveis instalados em anos anteriores, tendo-se recolhido e transportado alguns recicláveis, estando criadas as condições para, nos próximos anos, o sistema funcionar em pleno.

Para a realização destes trabalhos, estiveram afectos 18 funcionários (incluindo o pessoal dos barcos) e 1 encarregado a tempo parcial. Em termos de equipamentos estiveram envolvidos os seguintes:

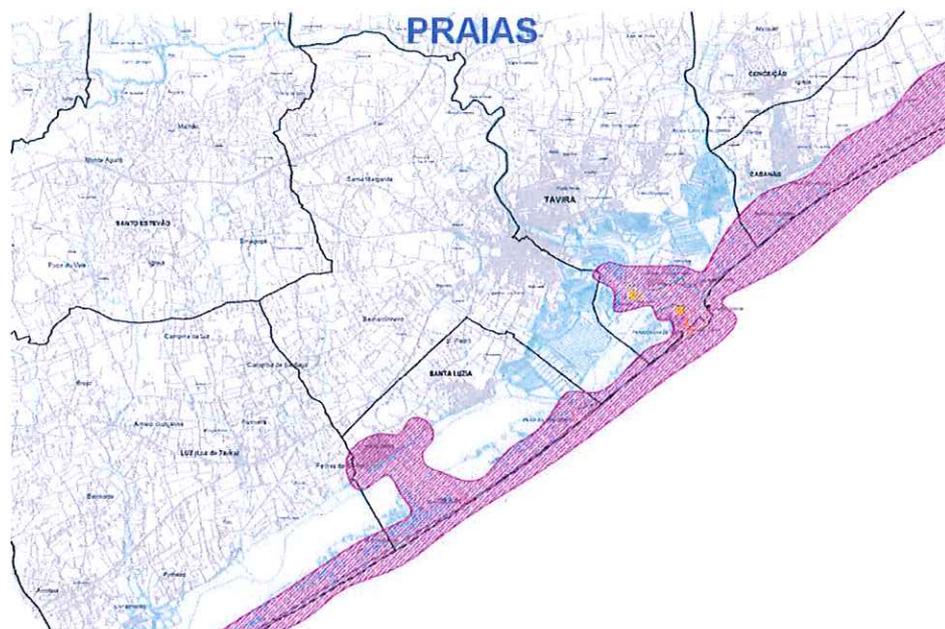
- 2 Barcos;
- 1 Camião pesado de tracção às quatro rodas;
- 3 Tractores com caixa de carga;
- 1 Tractor com máquina de limpeza de praia acoplada;
- 1 Gator;
- 1 Máquina pequena de limpeza de praias;
- 1 Pick up;
- 1 Viatura de recolha de RSU's;
- 1 Atrelado de tractor;
- 2 Gruas de carga e descarga;
- 1 Soprador para a limpeza de passadeiras.

Foi dada colaboração, às diferentes acções efectuadas e/ou apoiadas pela Câmara ao longo do ano, nomeadamente as do âmbito das bandeiras azuis, ao meeting internacional do desporto da Ilha de Tavira, actividades desportivas diversas, construções na areia, etc, assim como às obras efectuadas nas zonas balneares, nomeadamente, parque de campismo, concessão da Terra Estreita e apoio no transporte de equipamentos para a ilha de Cabanas.



O horário de cobertura dos serviços de limpeza na Ilha de Tavira foram alargados até às 19 horas, nos meses de Julho e Agosto (época alta) tendo permitido prestar um melhor serviço.

Conjuntamente com a Divisão do Ambiente da Câmara, foram efectuadas duas acções de sensibilização ambiental junto dos concessionários, no sentido de efectuarem a reciclagem de resíduos.



O encerramento da época balnear foi efectuado com um almoço convívio com todas as entidades envolvidas.



7. Limpeza Urbana

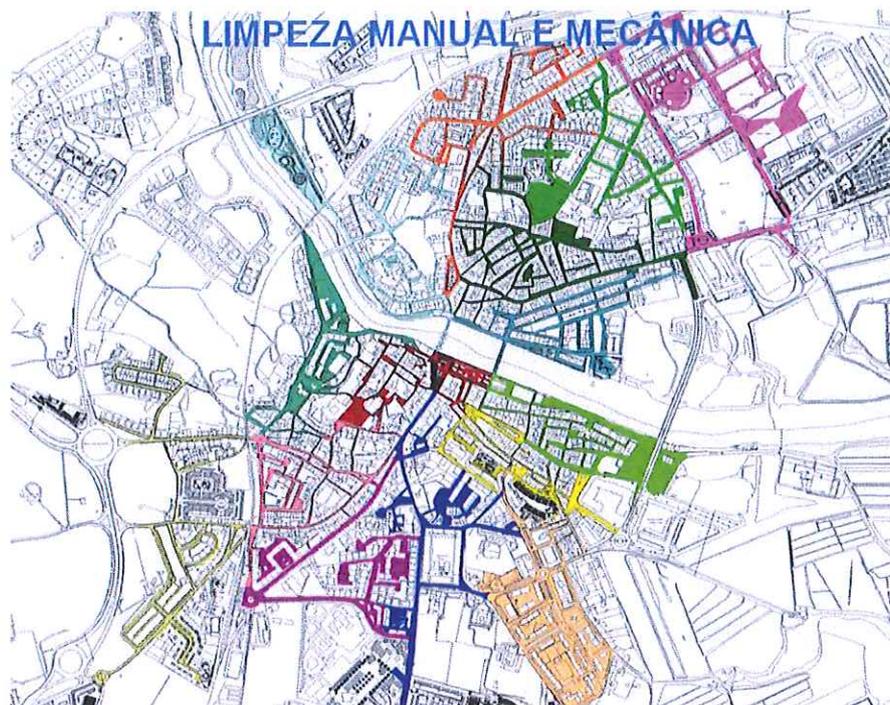
A limpeza urbana (varredura manual e varredura mecânica) no concelho de Tavira está organizada em 26 circuitos, abrange toda a cidade (freguesia de Santiago e Santa Maria) e as freguesias de Santa Luzia, Luz de Tavira, Santo Estêvão, Santa Catarina, Cabanas e Conceição, com a excepção de Cachopo.

Em 2010 verificou-se a necessidade de criar o circuito de Verão (zona central da cidade), em virtude de se tratar de uma zona de afluência da população, o que levou a uma maior necessidade na frequência de limpeza.

Durante o ano decorrem algumas Festas/Eventos nas ruas; a Taviraverde garante a limpeza nestas ocasiões (Passagem de ano, carnaval, festa de verão, etc). Os colaboradores da empresa fazem um grande esforço para que Tavira seja considerada uma Cidade Limpa.

É a equipa da limpeza da Taviraverde que é responsável pela limpeza das sarjetas; anualmente, no início do mês de Setembro, realiza-se este trabalho preventivo, de modo a que, quando chegarem as primeiras chuvas não se registarem quaisquer problemas, considerando que estamos numa zona de risco permanente de cheias.





Esta é uma actividade que tem vindo a aumentar em virtude da entrega de novos loteamento e a partir dessa data é necessário incluir o mesmo num circuito da limpeza.

Esta actividade em 2010, teve um custo para a Tavraverde de cerca de 805 000,00€.

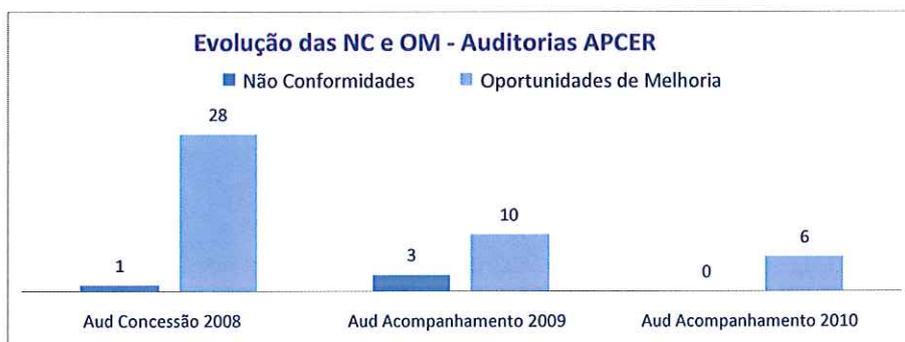
8. Sistema Gestão da Qualidade

A empresa é desde Julho de 2008 certificada pela norma ISO 9001:2000 – Sistemas de Gestão da Qualidade, tendo em Maio de 2009 transitado com sucesso para o novo referencial ISO 9001:2008 (certificado nº 2008/CEP-3175, válido até 07/07/2011).

Não foi possível concretizar a implementação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho prevista para 2010, devido sobretudo a restrições orçamentais e também devido a atraso na elaboração da documentação de suporte, que neste momento está ainda em fase inicial. Prevê-se que este objectivo seja concretizado no 1º trimestre de 2012, para que possa ser pedida a Certificação no referencial NP4397:2008 no decurso desse ano.

8.1. Auditorias Externas e Internas

A Auditoria de Acompanhamento realizada pela APCER em Maio de 2010, teve um resultado muito positivo, não tendo sido registada qualquer Não Conformidade (NC) apenas seis Oportunidades de Melhoria (OM), pelo que foi considerado estarem reunidas as condições necessárias à manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado.



Antes desta auditoria de acompanhamento, foram ainda efectuadas 2 auditorias internas no decurso do semestre, de acordo com os Planos Anuais de Auditorias aprovados (de 2009 e de 2010).

- A auditoria nº 02/2009, em que se optou por uma equipa de vários auditores internos, tendo sido auditados todos os Processos do SGQ, com excepção do Processo Comercial (por se encontrar em reformulação a sua documentação de suporte).

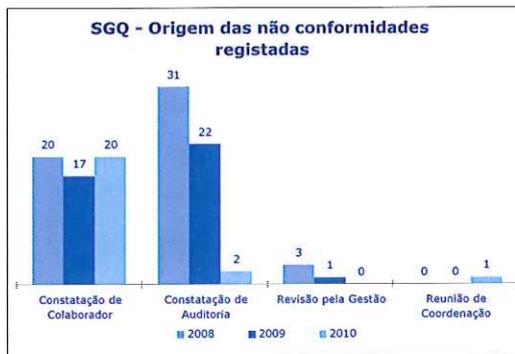
- A auditoria nº 01/2010 foi realizada em Abril de 2010 por um auditor externo e incidiu apenas sobre Processo Comercial.

As constatações destas 2 auditorias serviram de entrada à Revisão pela Gestão relativa a 2009, cujas conclusões foram bastante positivas.

Não obstante as NC e OM apontadas, constatou-se em todas as auditorias realizadas, a adequação do SG à norma de referência e à realidade da empresa.

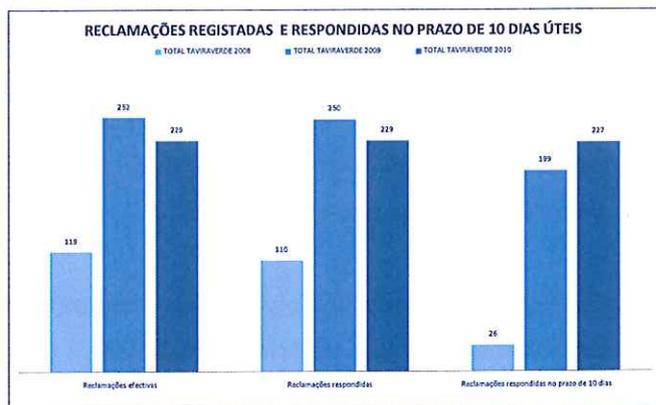
8.2. Acções de Melhoria

Verifica-se uma tendência de diminuição do número de Não Conformidades detectadas no triénio, devido principalmente a uma melhoria no envolvimento dos colaboradores no Sistema de Gestão, com reflexo no aumento das Sugestões de Colaboradores.



8.3. Reclamações e Sugestões de Clientes

Verifica-se uma melhoria evidente no tratamento das reclamações de clientes, com o cumprimento integral do prazo legal de respostas escritas a reclamações escritas (*indicador ERSAR*), e também acima dos 99% para a resposta a todas as reclamações em 10 dias úteis (*indicador interno*).



Relativamente ao número de reclamações recebidas, verifica-se um acréscimo significativo entre 2008 e 2009; esta situação é devida sobretudo à clarificação no procedimento respectivo, em 2009, do que deveria ser considerado reclamação, pois verificou-se que haviam muitas situações que eram tratadas como *ordem de serviço*. Não é por isso possível tirar daí conclusões significativas.

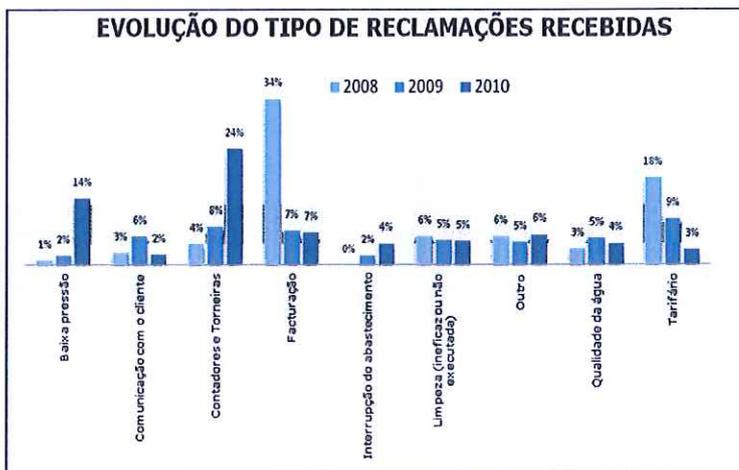
Já a comparação entre 2009 e 2010, permite-nos concluir que houve uma diminuição em 10% no último ano, o que representa uma melhoria na qualidade do serviço prestado aos clientes.

Quanto ao tipo de reclamações registadas, verifica-se um aumento expressivo nas situações relacionadas com *falta de pressão* e com *colocação de contadores e torneiras*, a 1ª devida a correcções efectuadas nas pressões em vários troços de rede, e a 2ª devida à alteração do procedimento de tratamento de reclamações.

As reclamações relacionadas com facturação e tarifário, sofreram uma diminuição significativa, o que pode indiciar uma

habituação dos clientes face ao esquema tarifário em vigor e também uma melhor percepção da realidade global do sector.

Relativamente às sugestões recebidas, apenas registámos 2 situações.

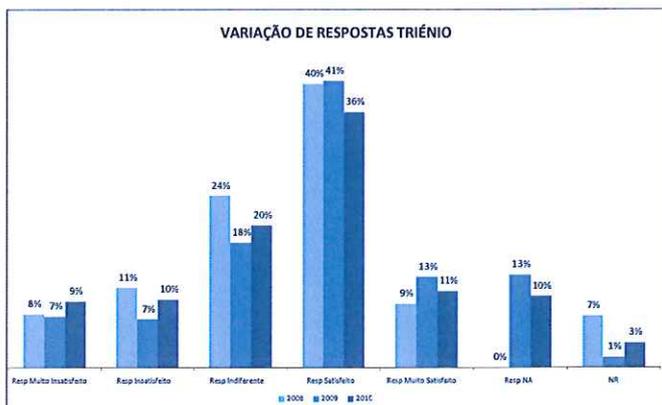


8.4. Avaliação da Satisfação do Cliente

Verifica-se uma diminuição em cerca de 10% da taxa de *clientes satisfeitos*, relativamente ao ano anterior. Este resultado pode ser interpretado em função da amostragem realizada, que incide basicamente no mesmo tipo de cliente, frequentadores da loja (62%), e que apresenta alguma saturação relativamente ao inquérito.

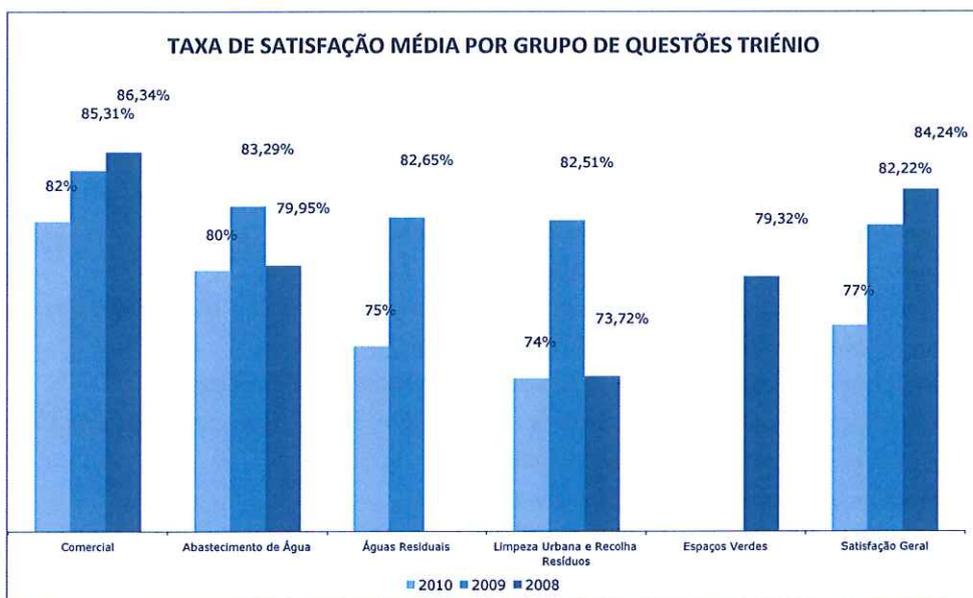


Relativamente à *satisfação média do serviço* (resultado médio de todas as questões), verifica-se a mesma tendência de descida, mas mais ligeira (6%).



Na análise da variação do tipo de respostas, observa-se um acréscimo de 2-3% nos *insatisfeitos/indiferentes*, e uma diminuição de 2 a 5% nos *satisfeitos*.

Na análise da taxa de satisfação média por grupo de questão, verifica-se uma melhoria de 2% relativamente à satisfação global pela empresa e de 1% para a *Comercial*. Já os sectores *Abastecimento de Água e Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos* apresentam resultados menos positivos, com descidas na ordem dos 3% e 9% respectivamente, questões que irão ser devidamente analisadas na Revisão do Sistema de Gestão deste ano.



8.5. Avaliação de Fornecedores

No decorrer de 2010, apesar das não conformidades detectadas, todos os responsáveis de compras consideraram o tratamento adequado, pelo que não se registaram fornecedores com mau desempenho.

8.6. Acompanhamento dos objectivos da Qualidade – recolha de dados e cálculo de indicadores

Este programa, sempre em contínua melhoria, atingiu a velocidade de cruzeiro. Além dos indicadores internos de gestão/operação, estão também a ser monitorizados todos os indicadores de qualidade de serviço definidos pela ERSAR para 2010.

Todos os indicadores são executados com dados mensais e analisados nas reuniões de coordenação, onde se verifica a concretização de cada objectivo e se definem as acções correctivas ou preventivas a implementar.

Os resultados de 2010 apontam para um grau de cumprimento dos objectivos definidos no Plano de Actividades de 2010, na ordem dos 81%. Os desvios foram:

- Diminuição das perdas de água: 22,84% (0,84% acima da meta estabelecida);
- Taxa de substituição de contadores antigos (com ≥ 10 anos): 89,9%;
- Reabilitação de equipamentos de AA e AR: $\approx 85\%$ - actividades suspensas no decorrer do ano, por restrições orçamentais;
- Taxa de ramais de AR executados dentro do prazo de 7 dias úteis: 86%
- Controlo de estanquidade das redes de drenagem de águas residuais: 156% (meta era de 82%);
- Cumprimento do programa de instalação de descarregadores de cheias em zonas críticas: 22% (meta era de 75%);
- Taxa de execução dos circuitos de varredura mecânica: 86%
- Taxa de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior: 102%
- NC sobre as normas de segurança e uso fardamento/EPI: 62 e 38 respectivamente (metas de 20 e 10 NC);
- Índice de Gravidade (controlo Acidentes Trabalho): 1,45 (meta < 1)
- Redução do nº de dias não trabalhados por AT relativamente ao ano anterior: -12,16% (meta $> 10\%$);
- Cumprimento do nº mínimo legal de horas de formação por colaborador;
- Taxa de Absentismo sem baixas prolongadas: 2,3% (meta $> 1,5\%$);
- Nº de colaboradores que excederam o limite legal de horas extraordinárias: 9 (meta era 0).

Relativamente aos indicadores ERSAR, aguarda-se a fase de auditoria para validar os dados submetidos, mas tudo aponta para uma melhoria relativamente ao ano anterior.

9. Actividades Ambientais

Em 2010, a Taviraverde colaborou com o Município de Tavira em diversas actividades ambientais. Dado que a empresa não tem um Departamento de Educação Ambiental, envolveram-se nestas actividades, colaboradores do Departamento de Qualidade e Segurança e do Departamento Administrativo e Financeiro. No âmbito desta actividade, a Taviraverde entregou cerca de 5000 artigos alusivos às crianças do concelho.



9.1. Dia da Biodiversidade

O Dia Mundial da Biodiversidade foi comemorado no dia 22 de Maio de 2010, no Pego do Inferno em Tavira, tendo estado presentes duas colaboradoras da empresa.

Foram desenvolvidas actividades para a população adulta e infantil (percurso ambiental pedestre, conhecer as aves e plantas, pinturas, construções com materiais recicláveis, entre outros). A acção foi finalizada com a libertação de uma águia cobreira pelo Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens da Ria Formosa.





9.2. Dia da Criança

No dia 1 de Junho de 2010, realizou-se a Festa da Criança com a participação de 1675 crianças dos Jardins Escolas e 1º Ciclo, tendo participado quatro colaboradoras da Taviraverde nas actividades. A empresa distribuiu t-shirts de diversas cores (uma por cada escola/jardim escola) para que este dia fosse cheio de cor e alegria, como demonstram as fotografias.



9.3. Dia Mundial da Água

O Dia Mundial da Água celebrou-se no dia 22 de Março de 2010, na Mata de Santa Rita, onde estiveram quatro colaboradoras da empresa a desenvolver actividades e contou com a participação de cerca de 1250 crianças.



9.4. Dia Nacional da Água

No dia 1 de Outubro de 2010, Dia Nacional da Água, a Tavraverde participou numa acção de sensibilização ambiental na Escola D. Paio Peres Correia em Tavira. Fez-se uma apresentação sobre o ciclo da água, tratamento das águas residuais e resíduos sólidos urbanos. Também foi efectuada uma demonstração do equipamento de inspecção vídeo, e explicado o trabalho efectuado por este e com que finalidade.



9.5. Reciclagem

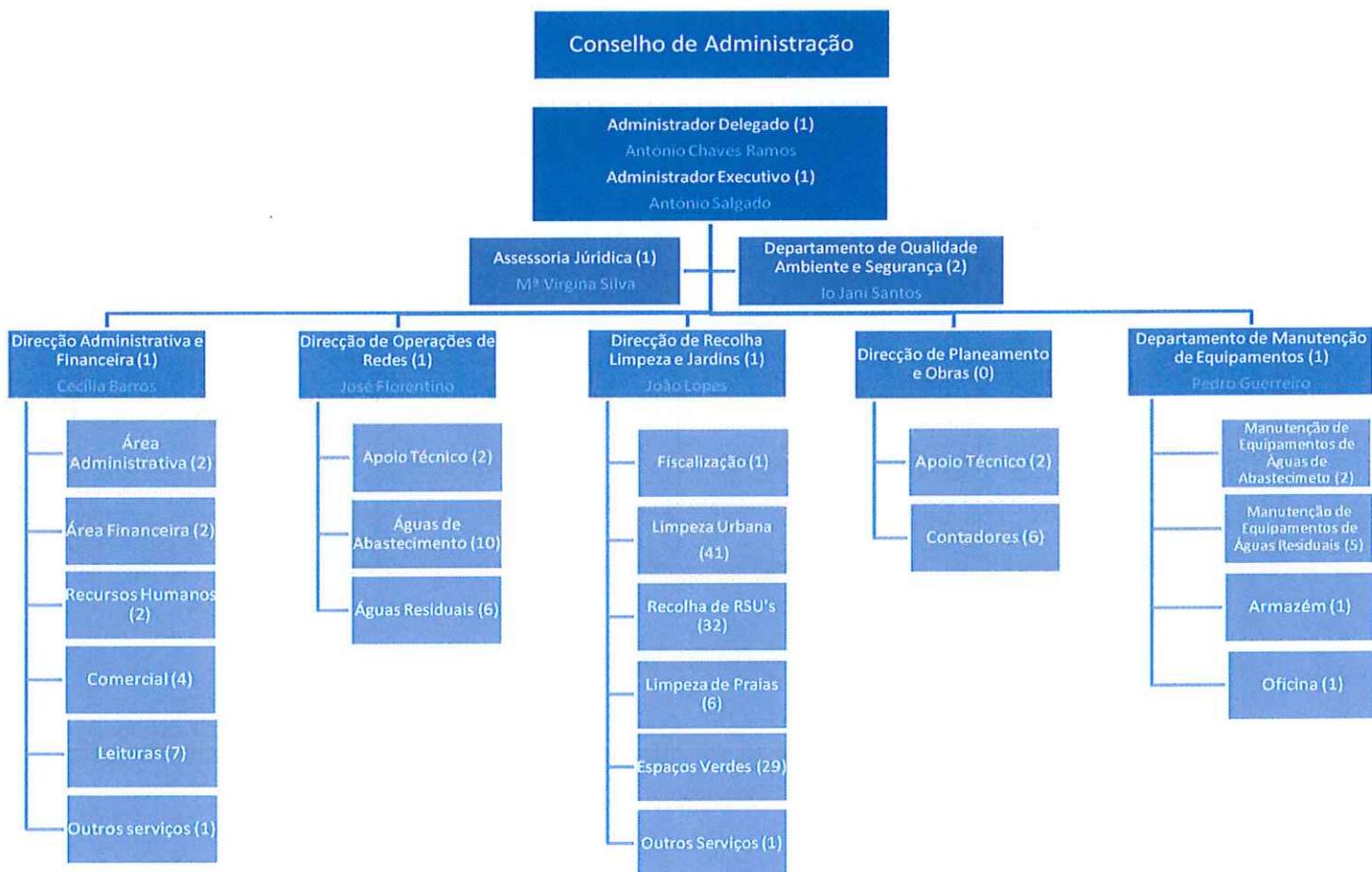
Em 2010, ainda participámos numa acção sobre reciclagem, na escola de Cabanas, onde ensinámos a reciclar papel.



10. Recursos Humanos

10.1. Estrutura Organizativa

A estrutura organizativa da Taviraverde é apresentada no organograma seguinte, onde são ainda indicados o número de colaboradores afectos a cada unidade orgânica e o respectivo responsável.



10.2. Quadro de pessoal

A 31 de Dezembro de 2010 a Taviraverde, E.M. empregava 172 trabalhadores, dos quais 51 pertencem aos quadros do Município de Tavira.

Admitiram-se 11 trabalhadores por contrato sem termo, tendo-se verificado 7 saídas (2 por aposentação, 4 por rescisão de contrato por iniciativa do colaborador, 1 por cessação da cedência de interesse público, tendo o colaborador voltado a integrar os quadros da CMT).

Durante a época balnear foram admitidos 10 trabalhadores a contrato de termo certo (6 meses), para a actividade sazonal de limpeza de praias, contratos que cessaram no seu termo.

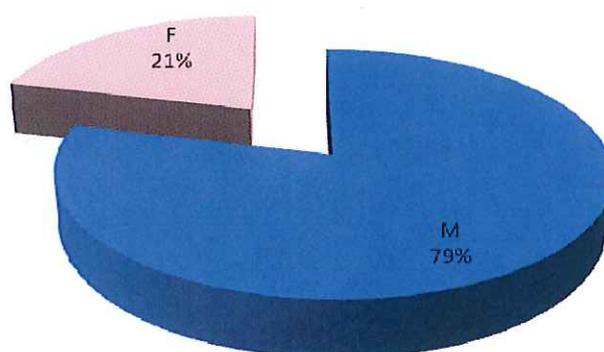
A tabela seguinte representa a evolução do número de colaboradores (quadro Taviraverde e cedência de interesse público do Município de Tavira).

Período	Contratados	Cedência IP	Total
Fase de Instalação	1		1
31-03-2005	3		3
31-12-2005	35	49	84
31-12-2006	75	63	138
31-12-2007	95	62	157
31-12-2008	116	55	171
31-12-2009	122	53	175
31-12-2010	121	51	172

10.3. Distribuição de colaboradores por sexo

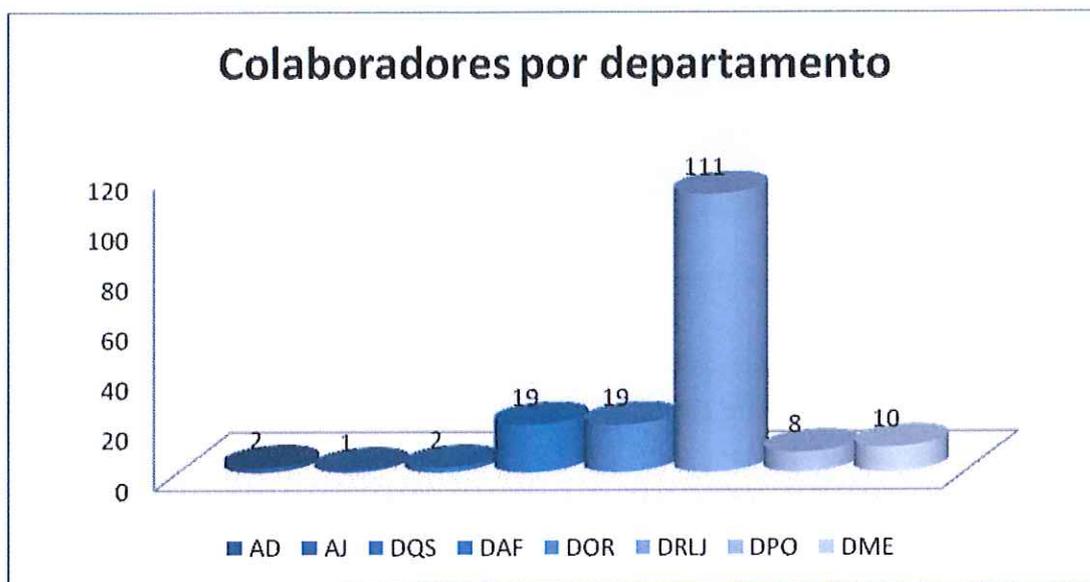
Da análise dos colaboradores por sexo pode-se concluir que predominam os do sexo masculino, os quais representavam no final de 2010, 79% dos colaboradores da Taviraverde.

Distribuição dos colaboradores por sexo



10.4. Distribuição de colaboradores por departamento

O Departamento de Recolha, Limpeza e Jardins (DRLJ) é o departamento com maior número de funcionários, com 111 colaboradores, representado 64% dos colaboradores da Taviraverde, seguindo-se o Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e o Departamento Operação de Redes (DOR), com 11% (19) dos colaboradores cada, o Departamento de Manutenção e Equipamentos, com 6% (10) dos colaboradores e o Departamento de Planeamento e Obras com 5% (8) dos colaboradores. Os restantes 3% correspondem à Administração e aos departamentos de apoio (Assessoria Jurídica e Departamento Qualidade e Segurança). O quando seguinte apresenta a distribuição dos colaboradores por departamentos:

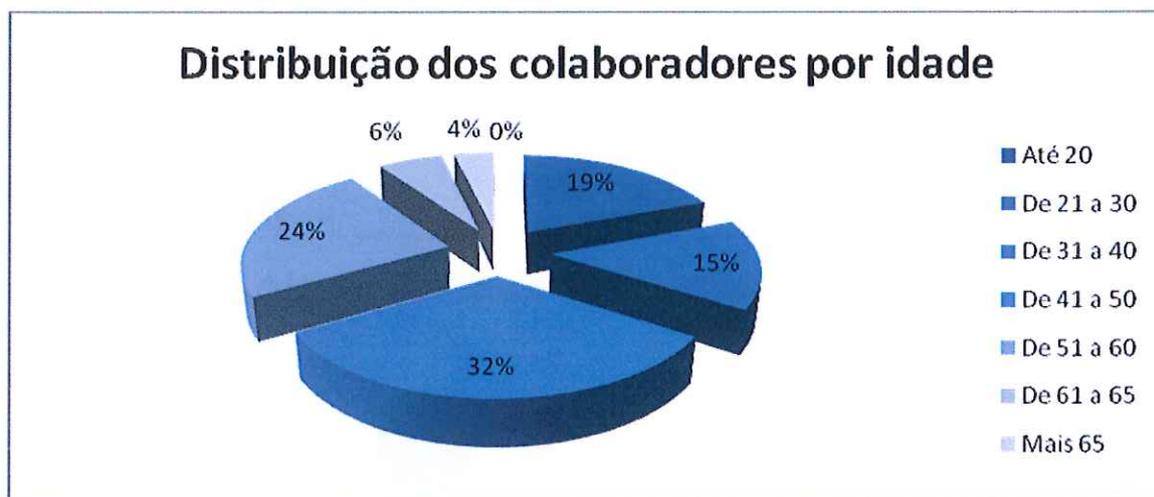


No final de 2010 os colaboradores encontravam-se distribuídos pelos vários departamentos e por sexo, da seguinte forma:



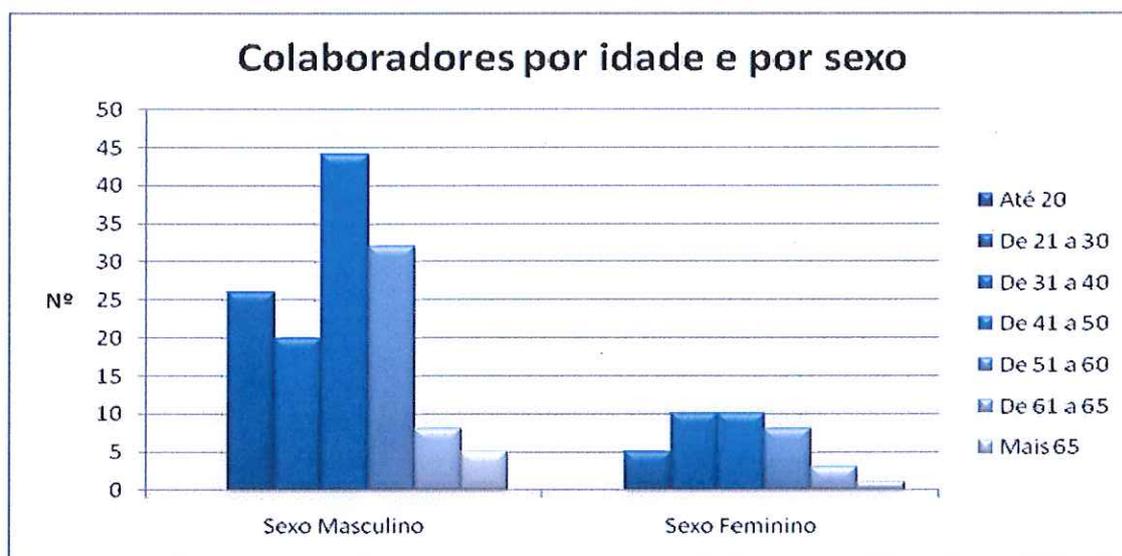
10.5. Distribuição dos trabalhadores por idades

Constata-se, pela observação do gráfico a seguir apresentado, que a grande maioria dos colaboradores tem idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos de idade, sendo a maior percentagem (31%) registada entre os 41 e 50 anos.



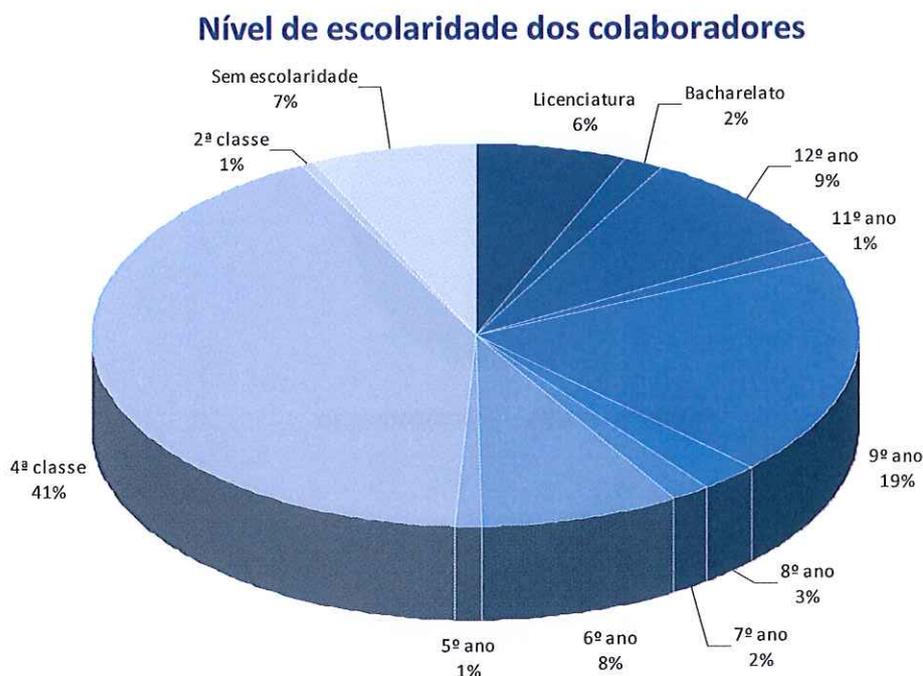
Há também que referir que dos seis colaboradores que têm idade superior a 65 anos, quatro já se encontram reformados e um deles tem oitenta anos de idade, os outros dois estão a completar anos de serviço, uma vez que são requisitados.

Quanto à distribuição dos colaboradores por idade e sexo pode-se verificar, pelo gráfico abaixo, que a faixa etária com mais colaboradores do sexo masculino é a dos 41 a 50 anos, enquanto no sexo feminino as faixas etárias com mais colaboradores são a dos 31 a 40 e dos 41 a 50 anos, com dez colaboradoras cada.



10.6. Distribuição dos trabalhadores por habilitação

Pelo gráfico abaixo apresentado pode-se verificar o nível de escolaridade dos colaboradores da Taviraverde, sendo as maiores percentagens registadas no 1º e 3º Ciclo do Ensino Básico.



De realçar que 17% dos colaboradores têm escolaridade igual ou superior ao 12º ano de escolaridade. Dos colaboradores com escolaridade inferior ao 12º ano, treze já aderiram à Iniciativa Novas Oportunidades.

10.7. Formação

A Taviraverde tem procurado dotar o seu quadro de pessoal com colaboradores qualificados que contribuam para melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados. Neste sentido a empresa estabeleceu um protocolo de colaboração com a Escola Secundária 3EB Dr. Jorge Augusto Correia, de acordo com a Iniciativa Novas Oportunidades, para aumentar o nível de escolaridade dos seus colaboradores.

O Plano de Formação de 2010 contemplava 48 acções de formação e abrangia quase a totalidade dos colaboradores. O gráfico seguinte apresenta a taxa de cobertura da formação:



A tabela seguinte representa a evolução do número de acções de formação realizadas nos últimos anos.

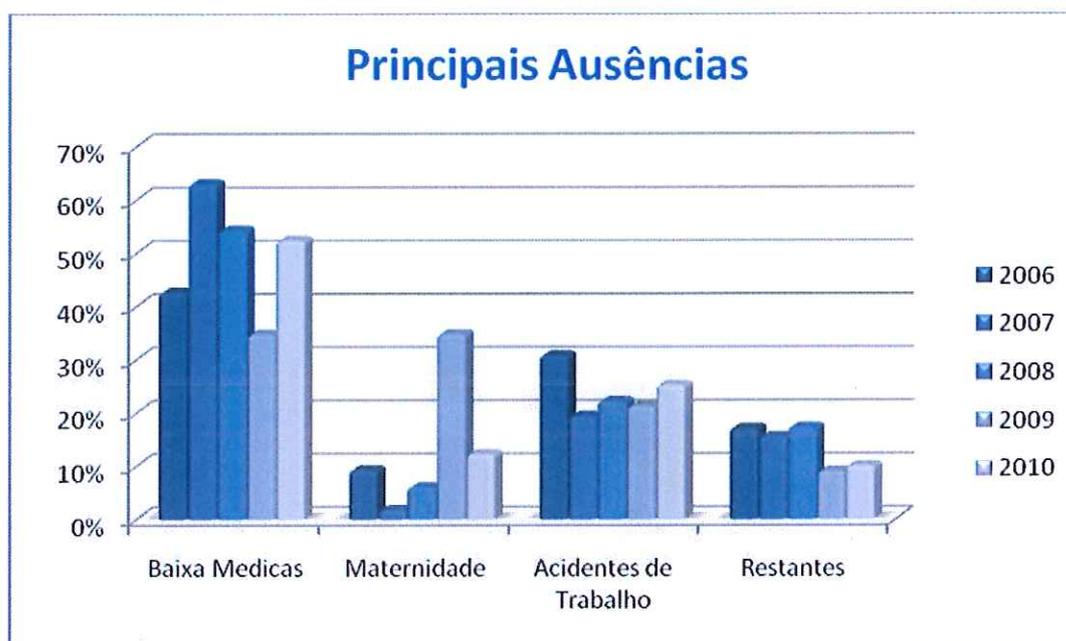
Período	Nº de acções	Formandos envolvidos	Horas de Formação
2007	14	142	8123
2008	17	158	4348
2009	40	184	2921
2010	48	134	5148

10.8. Absentismo

Em 2010 verificou-se uma diminuição na taxa de absentismo relativamente ao ano anterior, de acordo com a seguinte tabela:

Período	Taxa de absentismo (média anual)
31-12-2005	1,76%
31-12-2006	3,71%
31-12-2007	6,86%
31-12-2008	4,17%
31-12-2009	4,42%
31-12-2010	3,37%

A referida diminuição deve-se essencialmente às licenças de maternidade, como podemos verificar no gráfico seguinte, compensou o aumento nos restantes tipos de ausência (baixas médicas, acidentes de trabalhos e outros)



10.9. Segurança e Higiene no trabalho

Em 2010 registaram-se doze acidentes de trabalho que deram origem a quinhentos e um dias de baixa por acidente de trabalho. Verificou-se um aumento número de dias de baixa por acidente de trabalho relativamente ao ano anterior, embora o número de acidentes de trabalho tenha diminuído. O departamento onde se verificam mais acidentes (67%) foi na DRLJ, seguido por a DOR (25%) e os restantes 8% ocorreram na DME.

Em 2010 foram introduzidos os seguintes indicadores para controlo de acidentes de trabalho, bem como objectivos para cada um:

- Índice de Frequência – Objectivo: <40 – Resultado Obtido: 36 – Cumpre
- Índice de Gravidade – Objectivo: <1 – Resultado Obtido: 1.45 – Não Cumpre
- Índice de Incidência – Objectivo: Adquire histórico – Resultado Obtido: 67

10.10. Medicina do Trabalho

Em 2010 realizaram-se 112 consultas médicas no âmbito da medicina no trabalho. O gráfico seguinte representa as mesmas classificadas por tipo:



Das consultas realizadas 91% encontravam-se aptos, sendo os restantes 9% aptos condicionadamente. No caso dos colaboradores aptos condicionados, foi comunicado aos directores os riscos associados a cada um e as medidas preventivas indicadas pela medicina do trabalho.

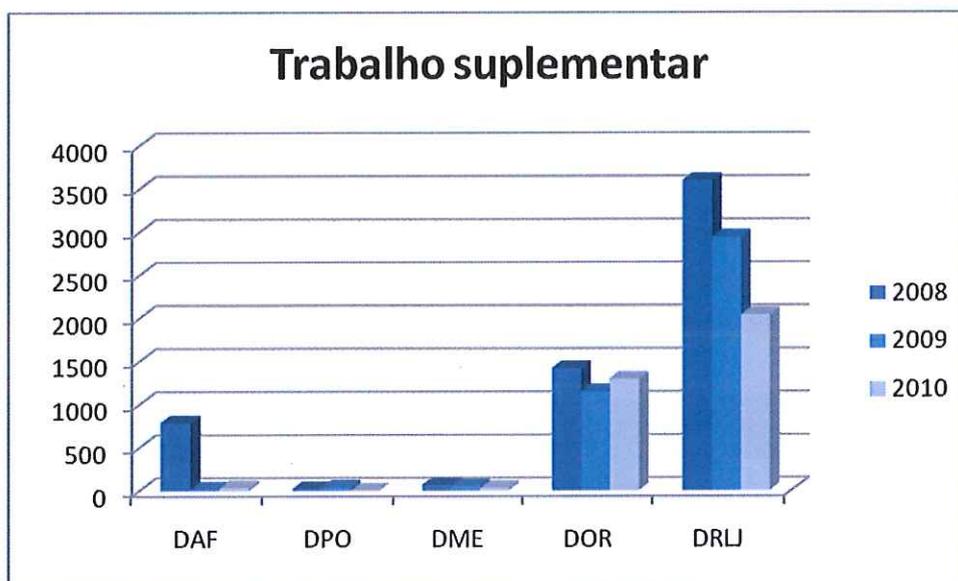
Durante o ano 2010 os colaboradores foram sensibilizados para que cumprissem o plano nacional de vacinação e conseguiu-se que os mesmos aderissem.

10.11. Trabalho suplementar

Em 2010 verificou-se um aumento do trabalho suplementar. O aumento verificou-se essencialmente no Departamento de Operação de Redes e o factor que mais contribuiu para esta situação foi o abandono de um posto de trabalho e a ocorrência de acidentes de trabalho.

O Departamento de Recolha, Limpeza e Jardins regista a maior diminuição de trabalho de suplementar e deve-se ao bom planeamento das equipas e dos horários.

Período	Horas de trabalho suplementar	Nº de funcionários	Média por funcionário
31-12-2006	13406	138	97,14
31-12-2007	5643	157	35,94
31-12-2008	5138	171	30,05
31-12-2009	2808,5	175	16,05
31-12-2010	3416,5	172	19,86



10.12. Benefícios sociais

A Taviraverde, de acordo com a política do grupo Somague, ofereceu aos seus colaboradores um seguro de saúde em 2006.

Este benefício tem-se mantido desde então, sendo progressivamente integrados os colaboradores com mais de um ano de antiguidade na empresa.

No primeiro ano, os colaboradores têm direito à opção 1 e, no segundo ano e seguintes, passam para a opção 2; os colaboradores em cedência de interesse público beneficiam da opção 1, visto que já beneficiam da assistência através da ADSE.

Este seguro contribuiu muito para a diminuição das faltas justificadas para consultas médicas e também diminuiu os encargos dos reembolsos das participações da ADSE. Para os colaboradores é um factor de satisfação e de motivação.

	2009	2010
Opção 1	66	70
Opção 2	70	89
Total	136	159

A Taviraverde ao longo dos anos tem oferecido no Natal aos seus colaboradores um cabaz de Natal de formar a proporcionar uma refeição completa numa época especial e em que a maioria deles está a trabalhar para garantir o bom estar dos outros cidadãos. A Taviraverde também tem entregue uma pequena lembrança aos filhos dos colaboradores com idade inferior a 12 anos.

	2009	2010
Cabazes Natal 	188	192
Prendas aos filhos menos de 12 anos 	64	65
Total	252	257

11. Investimento

A empresa ao longo dos anos fez um investimento total que ronda os 15 milhões de euros, repartido pelas diversas actividades como se pode verificar nos quadros seguintes:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
ÁGUAS ABASTECIMENTO	965.842,61	1.287.473,14	1.265.472,34	800.574,41	652.166,12	313.368,42	5.284.897,04
Abastecimento de água - Conduas Adutoras	262.478,98	129.777,06			27.818,72	3.748,96	423.823,72
Abastecimento de água - Redes	6.192,90	464.665,12	479.216,75	147.627,02	140.858,09	30.448,33	1.269.008,21
Abastecimento de água - Remodelação / Ampliação		4.746,90	226.491,73	90.928,07	158.973,68	50.891,56	532.031,94
Rede de combate a incêndios						4.444,50	4.444,50
Furos de captação		4.103,00	9.431,58	56.766,10	8.908,37		79.209,05
Reservatórios		47.273,00	149.709,65	122.942,29	12.691,63	16.502,93	349.119,50
EE's Abastecimento		11.250,00	38.796,61	15.985,20	26.573,28	42.822,45	135.427,54
ETA's		4.797,65	19.415,91	19.991,16	9.590,70	43.106,67	96.902,09
Benfeitorias	83.299,08	217.166,39	98.974,98	143.479,21	83.497,17	10.359,50	636.776,33
Contadores	260.132,87	169.735,38	74.633,85	78.912,63	117.899,81	63.238,04	764.552,58
Telegestão	34.550,92	155.730,06	46.103,86	7.849,65	32.174,17	700,00	277.108,66
Equipamento Electromecanico	30.625,56	8.272,66	15.162,05	6.768,25	14.934,85		75.763,37
Ferramentas	955,75	1.900,08	576,61	1.636,79	4.328,60	4.544,95	13.942,78
Equipamento de transporte	1.950,00	4.250,00					6.200,00
Fiscalização de Obras		10.508,55	4.771,86	8.536,54	13.471,91		37.288,86
Capitalização Encargos Financeiros			65.641,15	92.681,02	-26.842,57	39.406,96	170.886,56
Aquisição de Terrenos			2.000,00		8.200,00	500,00	10.700,00
Transferência Imobilizado CMT	228.372,13		5.671,88		-4.490,15		229.553,86
SIG	6.772,50	2.190,69	4.882,00		2.075,00		15.920,19
Equipamento administrativo	22.620,26	17.454,77	10.982,87	12.005,22	15.645,60	1.491,57	80.200,29
Software	8.793,10	33.151,83	11.775,67	-5.534,74	5.357,26	1.162,00	54.705,12
Titulos Capital					500,00		500,00

ÁGUAS RESIDUAIS	272.867,36	908.520,35	1.236.872,79	1.742.852,33	1.906.395,82	579.944,99	6.647.453,64
Águas Residuais - Emissários			85.402,00	3.780,00		-84.223,00	4.959,00
Águas Residuais - Redes	1.492,85	575.840,05	752.480,36	972.894,40	1.278.248,68	318.855,24	3.899.811,58
Águas Residuais - Remodelação / Ampliação	38.638,20	67.989,99		199.889,27	289.079,67	103.437,33	699.034,46
EE's Saneamento			3.547,00	131.281,77	112.755,53	90.226,77	337.811,07
ETAR's			148.127,18	141.449,79	39.503,70	27.456,51	356.537,18
Benfeitorias	40.623,48	181.805,95	136.694,56	169.628,36	67.545,48	500,00	596.797,83
Equipamento Electromecânico	9.904,60	14.963,46	12.935,85	8.724,02	27.513,80	54.912,00	128.953,73
Ferramentas	1.304,48	1.242,00	192,21	2.354,87	1.856,71	4.939,05	11.889,32
Equipamento de transporte	139.510,00	4.250,00				19.415,31	163.175,31
Fiscalização de Obras		8.278,95	5.360,64	13.698,48	48.368,09		75.706,16
Capitalização Encargos Financeiros			65.641,12	92.680,94	11.446,35	34.159,46	203.927,87
Aquisição de Terrenos			2.500,00		7.000,00	8.750,00	18.250,00
SIG	6.772,50	2.190,67			2.075,00		11.038,17
Equipamento administrativo	21.879,64	18.307,47	10.982,85	12.005,21	15.645,57	852,32	79.673,06
Software	8.793,06	33.151,81	11.775,68	-5.534,78	5.357,24	664,00	54.207,01
Despesas de Constituição	67,72						67,72
Estudos e Projectos	3.880,83	500,00	1.233,34				5.614,17
INVESTIMENTO EM RSU's	479.780,31	808.511,72	709.218,82	359.046,13	165.363,50	50.820,10	2.572.740,58
Equipamento de transporte	369.590,00	29.894,09	214.494,12	147.656,87	11.924,09	44.935,00	818.494,17
Contentores de Superfície e Papeleiras	52.175,00	1.268,16	4.297,10	865,00	1.150,00		59.755,26
Contentores Enterrados		666.804,40	449.728,68	125.278,38	115.005,62	928,25	1.357.745,33
Ferramentas	5.514,36	4.232,98	6.437,19	11.497,52	15.839,35	2.151,66	45.673,06
Equipamento administrativo	19.581,17	16.837,92	10.982,81	12.005,17	15.645,55	1.576,79	76.629,41
Software	7.463,07	33.151,80	11.775,68	-5.534,79	5.357,23	1.228,40	53.441,39
Benfeitorias	4.311,82	55.822,37	6.506,48	67.277,98	441,66		134.360,31
Transferência Imobilizado CMT			3.763,43				3.763,43
Despesas de Constituição	67,71						67,71
Estudos e Projectos	21.077,18	500,00	1.233,33				22.810,51
INVESTIMENTO EM JARDINS e ESPAÇOS VERDES	0,00	28.678,97	70.628,27	7.747,93	5.297,41	4.659,34	117.011,92
Equipamento de transporte		23.017,21		2.709,00	4.288,73		30.014,94
Equipamentos de Jardinagem		5.661,76	34.186,33	5.038,93		4.052,78	48.939,80
Equipamento administrativo			1.529,04			340,96	1.870,00
Construção Armazém/Viveiro			34.912,90		1.008,68	265,60	36.187,18

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Total do Investimento anual	1.718.490,28 €	3.033.184,18 €	3.282.192,22 €	2.910.220,80 €	2.729.222,85 €	948.792,85 €	14.622.103,18 €
Total do investimento acumulado	1.718.490,28 €	4.751.674,46 €	8.033.866,68 €	10.944.087,48 €	13.673.310,33 €	14.622.103,18 €	

Obras Financiadas	Programa	Valor da candidatura	Valor Recebido
Abastecimento de águas, drenagem e tratamento de águas residuais no Sítio dos Estorninhos	Proalgarve (2000-2006)	228.000,00 €	151.620,63 €
Abastecimento de águas, drenagem e tratamento de águas residuais no Sítio e Sistema Adutor - Porto Carvalho	Proalgarve (2000-2006)	375.340,00 €	241.673,55 €
Construção, Ampliação de Redes de águas de abastecimento e águas residuais	POVT (2007-2013)	6.906.000,00 €	0 €

A empresa concorreu ao programa Proalgarve (2000-2006), e conseguiu um financiamento a 70% para das obras indicadas no quadro anterior. Também concorreu ao POVT, a candidatura já se encontra aprovada, mas o processo ainda está a decorrer.

12. Rácios Económicos

Em 2010, verificou-se pela primeira vez uma diminuição nos proveitos, provocada também pela situação económica internacional, em virtude de ter diminuído a taxa de ocupação das casas de férias. Este foi o factor que provocou o maior impacto, negativo, nos rácios económicos da empresa.

RUBRICAS	Períodos	
	2010	2009
<u>RÁCIOS ECONOMICOS</u>		
EBITDA	742.749	889.981
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) = EBIT	326.624	248.951
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	416.125	641.030
Imparidade de activos depreciables/amortizações (perdas/reversões)		
Imparidade de inventário (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		
Imputação de subsídios para investimento		
EBIT	326.624	248.951
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	326.624	248.951
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,45	0,47
Vendas + Serviços Prestados	8.162.404	8.191.039
Custo das Mercadorias Vendidas	1.170.213	1.337.933
Fornecimentos e Serviços Externos	3.281.529	2.986.194
Margem de contribuição	3.710.663	3.866.912
RENDIBILIDADE OPERACIONAL DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,09	0,11
EBITDA	742.749	889.981
Vendas + Serviços Prestados	8.162.404	8.191.039
RENDIBILIDADE LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,01	0,01
Resultado Líquido do Período	65.396	122.773
Vendas e Serviços Prestados	8.162.404	8.191.039
VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB)	3.631.849	3.866.912
Vendas e Serviços Prestados	8.162.404	8.191.039
Subsídios à Exploração	0	0
Variação nos Inventários da Produção	0	0
Trabalho para a própria entidade	78.814	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.170.213	1.337.933
Fornecimentos e serviços externos	3.281.529	2.986.194
CUSTO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	210.622	113.276
Gastos de financiamento	211.863	123.318
Rendimentos de financiamento	1.241	10.042

13. Rácios Financeiros

A empresa tem um grau de endividamento elevado, visto que teve que recorrer a capital alheio para fazer os investimentos necessários. Em 2010 procedeu-se a uma reclassificação das Prestações Acessórias que saíram do capital próprio para o passivo, este foi o factor que mais influenciou, de forma negativa, os rácios financeiros. As outras alterações decorrentes da aplicação do novo normativo contabilístico foram irrelevantes.

RUBRICAS	Períodos	
	2010	2009
RÁCIOS FINANCEIROS		
AUTONOMIA FINANCEIRA	0,06	0,06
Capital Próprio	833.866	776.949
Activo	13.814.218	13.873.513
ENDIVIDAMENTO	0,94	0,94
Passivo	12.980.352	13.096.564
Activo	13.814.218	13.873.513
DEBT TO EQUITY RATIO	15,57	16,86
Passivo	12.980.352	13.096.564
Capital Próprio	833.866	776.949
ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO	0,20	0,19
Passivo Corrente	2.611.088	2.492.051
Passivo	12.980.352	13.096.564
COBERTURA DO ACTIVO NÃO CORRENTE	0,92	0,98
Capital Próprio	833.866	776.949
Passivo Não Corrente	10.369.264	10.604.513
Activo Não Corrente	12.153.208	11.620.540
FUNDO DE MANEIO NECESSÁRIO	-942.134	-1.644.160
Inventários e Activos Biológicos	940	1.034
Clientes	1.080.618	1.645.194
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e Outros Entes Públicos (Activo de Exploração)	98.246	130.035
Outras Contas a receber e diferimentos (Activo de Exploração)	19.651	14.525
Total das necessidades de fundo de maneo	1.199.454	1.790.788
Fornecedores	788.587	919.696
Adiantamento de Clientes		
Estado e Outros Entes Públicos (Passivo de Exploração)	125.538	82.382
Outras Contas a Pagar e Diferimentos (Passivo de Exploração)	1.227.463	1.489.973
Total dos recursos de Fundo Maneio	2.141.588	2.492.051
LIQUIDEZ GERAL	0,64	0,90
Activo Corrente	1.661.010	2.252.973
Passivo Corrente	2.611.088	2.492.051
NET DEBT	10.508.769	10.298.407
Financiamentos Obtidos (não correntes e correntes)	10.836.894	10.602.642
Caixa + Depósitos Bancários	328.125	304.235

14. Rátios de Funcionamento

A empresa desde sempre tem a preocupação de controlar os rácios de funcionamento. A administração, em 2005, definiu o prazo de pagamento a fornecedores em 60 dias e até 2008 cumpriu sempre este prazo. Em 2009, ocorreram problemas de tesouraria determinados por empréstimos bancários em fase de aprovação, e devido à crise económica, os bancos levaram mais tempo do que o previsto a aprovar e disponibilizar as verbas. Em 2010 ainda não foi possível cumprir o prazo, visto que se iniciaram as amortizações de capital dos empréstimos bancários e por outro lado, os proveitos baixaram, o que provocou também um desvio negativo na tesouraria.

Relativamente ao prazo de recebimentos, foram disponibilizados outros meios de pagamento para facilitar os processos administrativos de cobrança, e assim reduziu-se o prazo médio de recebimentos e obteve-se uma maior satisfação dos clientes. Em 2010 verificou-se que 1% do total das cobranças é que segue para processo de injunção.

O Rácio de Rotação do activo demonstra que a empresa se encontra a trabalhar dentro dos limites normais da sua capacidade.

RUBRICAS	Periodos	
	2010	2009
RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO		
ROTAÇÃO DO ACTIVO	0,59	0,59
Vendas + Serviços Prestados	8.162.404	8.191.039
Activo	13.814.218	13.873.513
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	44	65
Divida Média de clientes	1.080.618	1.645.194
Vendas + Serviços Prestados	8.162.404	8.191.039
IVA Liquidado	820.907	1.083.617
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (*)	51	70
Divida média a Fornecedores (*)	1.098.856	1.176.299
Valor das Aquisições de bens e Serviços (*)	7.852.178	6.175.195

(*) Corrigido em 30-05-2011

15. Proposta de aplicação de resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2010, conduziram a um resultado positivo de 65.396,22 € para o qual o Conselho de Administração propõe a transferência para resultados transitados.

16. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Taviraverde quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2010, designadamente:

- Aos Clientes;
- Aos Colaboradores;
- Aos Titulares dos Órgãos Sociais;
- Aos Accionistas;
- Aos Fornecedores;
- Aos Bancos;
- Às Entidades Reguladoras

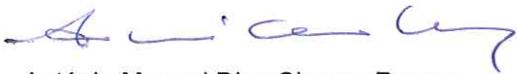


Tavira, 31 de Março de 2011

O Conselho de Administração



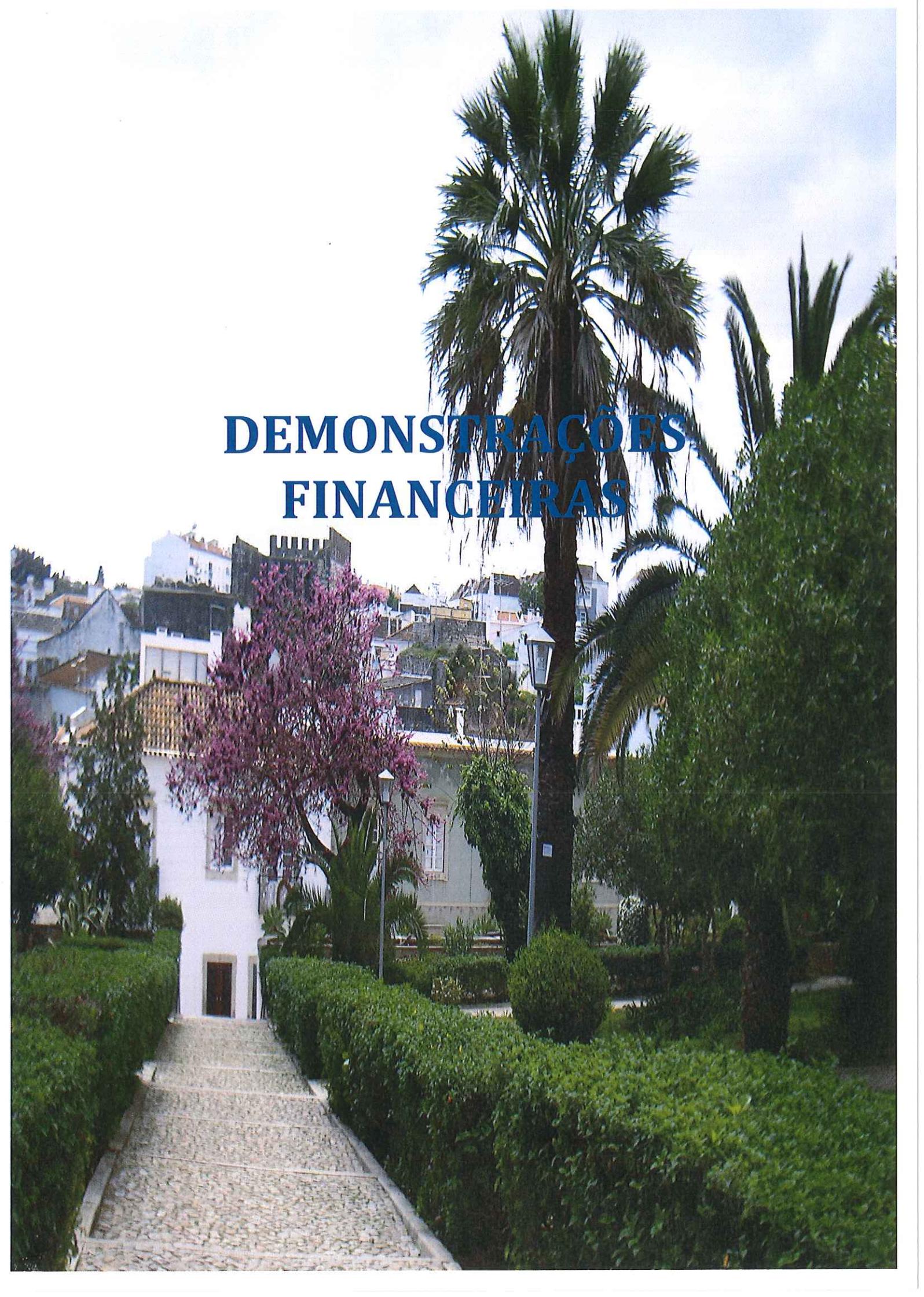
Jorge Manuel Nascimento Botelho
(Presidente)



António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)



António Manuel Guerreiro Salgado
(Administrador)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2010	2009
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	3, 8, 9	12.083.744,86	11.533.739,12
Propriedades de Investimento			
Goodwill			
Activos Intangíveis	3, 7	68.963,60	86.301,20
Activos Biológicos			
Partes Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial			
Partes Financeiras - Outros Métodos			
Accionistas/Sócios			
Outros Activos Financeiros	3	500,00	500,00
Activos por Importos Diferidos			
		12.153.208,46	11.620.540,32
Activo Corrente			
Inventários	3, 11	939,93	1.033,92
Activos Biológicos			
Clientes	3, 6, 17	1.080.617,54	1.645.194,26
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado e Outros Entes Públicos	3, 19	98.245,74	130.034,98
Accionistas/Sócios			
Outras Contas a Receber	3	19.651,10	14.525,00
Deferimentos	19	133.430,66	157.949,67
Activos Financeiros detidos para negociação			
Outros Activos Financeiros			
Activos Não Correntes Detidos Para Venda			
Caixa e Depósitos Bancários	3, 17	328.124,62	304.234,77
		1.661.009,59	2.252.972,60
TOTAL DO ACTIVO		13.814.218,05	13.873.512,92
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	3, 17	50.000,00	50.000,00
Acções (quotas) Próprias			
Outros Instrumentos de Capital Próprio		246.103,50	246.103,50
Prémios de Emissão			
Reservas Legais	3	10.000,00	10.000,00
Outras Reservas			
Resultados Transitados	3	79.743,75	-43.029,16
Ajustamentos em Activos Financeiros			
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações no Capital Próprio	3, 14, 16	252.530,65	391.101,76
Resultado Líquido do Exercício		65.396,22	122.772,91
interesses minoritários			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		703.774,12	776.949,01
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	13	1.870,49	1.870,49
Financiamentos Obtidos	3, 9, 10, 13	10.367.393,65	10.602.642,19
Responsabilidades Pós-Emprego			
Passivos por Imposto Diferidos			
Outras Contas a Pagar			
		10.369.264,14	10.604.512,68
Passivo Corrente			
Fornecedores	3, 6, 17	788.587,05	919.695,68
Adiantamento de Clientes			
Estado e Outros Entes Públicos	3, 19	125.537,81	82.382,24
Accionistas/Sócios			
Financiamentos Obtidos	3, 10, 17	469.500,00	0,00
Outras Contas a Pagar	3, 6, 17	1.227.463,38	1.489.973,31
Diferimentos	3	130.091,55	
Passivos Financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos Financeiros			
Passivos Não Correntes Detidos para Venda			
		2.741.179,79	2.492.051,23
TOTAL DO PASSIVO		13.110.443,93	13.096.563,91
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		13.814.218,05	13.873.512,92

2. Demonstração de resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2010	2009
Vendas e Serviços Prestados	3, 6, 12, 19	8.162.404,48	8.191.038,78
Subsídios à Exploração		0,00	0,00
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos		0,00	0,00
Variação de Inventários na Produção		0,00	0,00
Trabalhos Para a Própria Empresa	3, 10	78.813,87	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias consumidas	11	-1.170.212,58	-1.337.932,86
Fornecimentos e Serviços Externos	3, 6, 19	-3.281.528,71	-2.986.193,56
Gastos com o Pessoal	6	-2.877.439,85	-2.889.358,60
Ajustamentos de Inventários		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber	17	-57.246,77	-6.667,06
Provisões		0,00	-1.870,49
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / Reduções de Justo Valor		0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	17, 19	-112.041,29	-79.035,47
Resultado antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos		742.749,15	889.980,74
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	7, 8, 9	-416.124,71	-641.029,90
Imparidade de Investimento depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		326.624,44	248.950,84
Juros e rendimentos similares obtidos	12	1.240,77	10.041,87
Juros e rendimentos similares Suportados	3, 9, 10	-211.862,92	-123.318,04
Resultado antes de impostos		116.002,29	135.674,67
Imposto sobre o rendimento do período	3, 16	-50.606,07	-12.901,76
Resultado Líquido do Exercício		65.396,22	122.772,91

3. Demonstração das alterações do capital próprio

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados		Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	50.000		2.026.913		10.000				343.555	-176.556	133.527	2.387.439		2.387.439
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2										1.998		1.998		
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2			-1.780.810						47.547	131.530	-133.527	-1.735.261		
				-1.780.810						0	133.527	-133.527	-1.733.263		-1.733.263
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2											122.773	122.773		122.773
RESULTADO EXTENSIVO	3														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3									0	133.527	-10.754	-1.610.490		-1.610.490
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações	5												0		0
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	6														
Constituição da Reserva legal															0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados															0
															0
															0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	7=1+2+3+5+6	50.000		246.104		10.000	0	0	0	391.102	-43.029	122.773	776.949		776.949

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período			Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	7	50.000		246.104		10.000							391.102	-43.029	122.773	776.949	776.949
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2													514		514	514
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos	14, 16																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14																
	8																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	9																
	10=8+9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-138.571	122.773	-57.377	-73.175	-73.175
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações	11																
APLICAÇÃO DE RESULTADOS																	
Constituição da Reserva legal					0												0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados																	0
	12													0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	13=7+8+9 +11+12	50.000	0	246.104	0	10.000	0	0	0	0	0	0	252.531	79.744	65.396	703.774	703.774

4. Demonstração de fluxos de caixa

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de Clientes		8.656.407,55	7.473.709,65
Pagamento a Fornecedores		-4.860.452,52	-4.406.281,90
Pagamento ao Pessoal		-2.671.113,18	-2.622.407,99
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		1.124.841,85	445.019,76
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento			
Outros Recebimentos/Pagamentos		-10.757,16	369.063,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		1.114.084,69	814.082,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-1.071.254,37	-2.385.562,41
<i>Activos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiro</i>			-500,00
<i>Outros Activos</i>			
Recebimentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>			
<i>Activos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiro</i>			
<i>Outros Activos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			49.739,02
<i>Juros e rendimentos similares</i>		377,13	1.775,17
<i>Dividendos</i>			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-1.070.877,24	-2.334.548,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		1.599.900,00	1.700.000,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-1.064.832,23	-255.293,80
<i>Juros e gastos similares</i>		-554.385,37	-253.050,79
<i>Redução de capital e outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-19.317,60	1.191.655,41
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		23.889,85	-328.809,93
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERIODO	4	304.234,77	633.044,70
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERIODO		328.124,62	304.234,77

5. Anexo

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que se aplicam à empresa, com referência ao exercício de 2010.

1. Identificação da entidade

1.1 Designação da entidade

A empresa foi constituída em 28 de Fevereiro de 2005 com a denominação Tavraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.

1.2 Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua 25 de Abril, nº 1 – R/C Esq., 8800-347 Tavira

1.3 Natureza da actividade

A 1 de Março de 2005 a empresa iniciou a sua actividade de gestão, exploração, manutenção e conservação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção construção e gestão de espaços públicos no Concelho de Tavira.

1.4 Designação da empresa-mãe

A Tavraverde - Empresa Municipal de Ambiente E.M. é uma empresa municipal de capital maioritariamente público e é detida em 51% pelo Município de Tavira .

1.5 Sede da empresa-mãe

A empresa-mãe tem a sua sede na Praça da República , 8800-951 Tavira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foram revogados com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas. Assim, no exercício que se iniciou após esta data, a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Tendo em conta que foram aplicadas as disposições da NCRF (3 – Aplicação pela primeira vez das NCRF), designadamente com a preparação de um balanço de abertura em referência a 1 de Janeiro de 2009 e a adopção das mesmas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras de 2009 e 2010, não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória:

a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

Tendo em conta o disposto na NCRF 3 – Aplicação pela Primeira Vez das NCRF, no Balanço de Abertura, reportado a 1 de Janeiro de 2009:

- (a) Foram reconhecidos todos os activos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas NCRF;
- (b) Foram desreconhecidos todos os itens que as NCRF não permitem reconhecer como activos ou passivos;
- (c) Foram reclassificados itens que segundo o POC eram reconhecidos como um tipo de activo, passivo ou componente do capital próprio, mas que são um tipo diferente de activo, passivo ou componente do capital próprio segundo as NCRF;
- (d) Foram aplicadas as NCRF na mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos;
- (e) Os ajustamentos foram reconhecidos directamente nos resultados transitados ou, se apropriado, noutra item do capital próprio à data da transição.

Os efeitos da adopção da NCRF 3 na posição financeira, em referência a 1 de Janeiro de 2009, encontram-se reflectidos no quadro seguinte:

	Activo em 01.01.2009		Passivo em 01.01.2009		Capitais Próprios
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	01.01.2009
Total de acordo com POC	2.663.078	9.534.027	2.857.459	7.293.764	2.045.882
Primeira adopção de novo referencial contabilístico:					0
Reclassificação Subsídios do Governo	391.102				391.102
Reclassificação PAC			1.780.810		-1.780.810
Desreconhecimento da aplicação Directriz Contabilística n.º 4					0
Desreconhecimento de diferimentos					0
Reconhecimento Derivado Financeiro de Cobertura					0
Reconhecimento Investimentos em Curso por Grau de acabamento					0
Desreconhecimento de Activos em Curso					0
Desreconhecimento das Amortizações Acumuladas Activos Corpóreos					0
Reconhecimento das Amortizações Acumuladas dos Activos Intangíveis					0
Desreconhecimento de Activos Incorpóreos		-1.998			-1.998
Desreconhecimento de Activos Corpóreos					0
Reconhecimento Activos Tangíveis em curso					0
Efeito fiscal					
Total de acordo com NCRF	3.054.180	9.532.029	4.638.269	7.293.764	654.176

b) Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;

	Resultados do Exercício 31.12.2009	Capitais Próprios 31.12.2009
Total de acordo com POC	121.290	2.167.171
Reexpressão do exercício de 2009		
Desreconhecimento da aplicação Directriz Contabilística n.º 4		0
Reclassificação Subsídios do Governo		391.102
Reclassificação PAC		-1.780.810
Desreconhecimento de diferimentos		0
Reconhecimento Derivado Financeiro de Cobertura		0
Reconhecimento Investimentos em Curso por Grau de acabamento		0
Desreconhecimento de Activos em Curso		0
Desreconhecimento das Amortizações Acumuladas Activos Corpóreos		0
Reconhecimento das Amortizações Acumuladas dos Activos Intangíveis		0
Desreconhecimento de Activos Incorpóreos		-1.998
Desreconhecimento de Activos Corpóreos		0
Reconhecimento Activos Tangíveis em curso		0
Efeito fiscal	1.483	1.483
	122.773	776.949

- c) **Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período;**

Ver Quadro da alínea b).

- d) **Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCRF (divulgações que a NCRF 12 — Imparidade de Activos teria exigido se o reconhecido dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCRF);**

Não ocorreu qualquer reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o Balanço de Abertura em 1 de Janeiro de 2009.

- e) **As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF são (não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.**

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as NCRF, mas não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas pela empresa.

3.Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

a) Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados na produção, prestação de serviços ou no uso administrativo.

A empresa adoptou o custo considerado na mensuração dos Activos Fixos Tangíveis em referência a 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), nos termos da isenção permitida pela NCRF 3 – Adopção pela Primeira vez das NCRF.

Os Activos Fixos Tangíveis foram reconhecidos ao valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC e amortizados pelo método duodécimal utilizando as taxas mínimas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido

b) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis correspondem aos programas informáticos, com contrato de continuidade, e são registados ao custo de aquisição.

Os contactos de manutenção dos referidos Activos são contabilizados em gastos no exercício em que ocorrem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas mínimas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

c) Subsídios ao Investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de activos tangíveis, estão registados no balanço na rubrica: Outras Variações no capital próprio.

Mensalmente é calculada e transferida para a conta de outros rendimentos e ganhos do exercício, a quota parte do montante do subsídio através do processo da amortização durante a vida útil do activo.

d) Activos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

d.1) Passivos por Impostos Diferidos

Os Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal passivos da Empresa.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

d.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 0,90% sobre o Lucro Tributável.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas adoptou-se o custo médio ponderado.

f) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

A imparidade é determinada com base nos critérios económicos tendo em conta a legislação em vigor.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

j.1) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado a data das demonstrações financeiras.

j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efectuadas, em espécie, pelo accionista de direito público, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

j.3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

j.4) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui (i) Resultados Transitados apurados de acordo com PCGA anteriores a 2010 e (ii) Ajustamentos efectuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro os quais só estarão disponíveis para distribuição ao final de cinco anos a razão de 1/5 por ano.

j.5) Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os passivos por impostos diferidos de acordo com a alínea d) e os subsídios do governo de acordo com a alínea c).

k) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo nominal.

Estão registados os Empréstimos bancários e as locações Financeiras.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores das prestações acessórias dos accionistas de direito privado. As prestações acessórias foram reclassificadas do capital próprio para o passivo, de acordo com o artigo 24º dos estatutos da empresa e do art.º 210 do CSC.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

l) Outras Contas a Pagar

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

n) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

o) Trabalhos para própria Entidade

É contabilizada nesta rubrica a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante a construção dos activos.

p) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE- Subcontratos todos os custos debitados por terceiros referente a elaboração dos bens reversíveis.

q) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de financiamentos em locação financeira;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a elaboração de activos fixos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das actividades de elaboração do activo e é interrompida com o final da execução do activo, ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas no ponto 3.1.

3.3 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

✓ Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a empresa opera.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2010	2009
Caixa	1300	1.300
Depósitos à ordem	326.825	302.935
	<u>328.125</u>	<u>304.236</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

A Empresa adoptou no presente exercício as NCRF pela primeira vez pelo que aplicou a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF na contabilização dos efeitos das alterações de Políticas Contabilísticas, Estimativas e Correções de Erros, não tendo adoptado a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros, razão pela qual as divulgações requeridas pela presente Nota não são aplicáveis.

Em termos práticos, ao abrigo da NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF, a Empresa:

- Adoptou, com efeitos retrospectivos, as mesmas políticas contabilísticas no presente exercício e nos números comparativos do exercício anterior;

- Efectuou as alterações de estimativas de forma prospectiva excepto quando que se concluiu que tal alteração se ficou a dever a erros;
- Corrigiu os erros de forma retrospectiva e procedeu à reexpressão dos comparativos.

6. Partes Relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

a. Nome da empresa-mãe imediata

Município de Tavira

b. Nome da empresa-mãe controladora final

Município de Tavira

6.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

Total de remunerações:

b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados:

c) Total de benefícios pós-emprego:

d) Total de outros benefícios de longo prazo:

e) Total de benefícios por cessação de emprego:

f) Total de pagamentos com base em acções:

	2010	2009
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	98.688	88.482
Total de benefícios pós-emprego	-	-
Total de outros benefícios de longo prazo	-	-
Total de benefícios de longo prazo	-	-
Total de benefícios por cessação de emprego	-	-
Total de pagamentos com base em acções	-	-
Total de remunerações	98.688	88.482

6.3. Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transacções que faz	Serviços que recebe/ Transacções que recebe
Município Tavira	<p>Fornecimento de Águas de Abastecimento, recolha de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos</p> <p>Manutenção dos espaços verdes</p> <p>Limpeza das Praias</p> <p>Limpeza Parque de Feiras Exposições</p> <p>Limpeza Espaços Públicos (Quinta Pegada/Ilha Tavira/Festival da Ostra/Claustros do Convento do Carmo)</p> <p>Limpeza de Fossa</p> <p>Recolha de Monos</p> <p>Recolha Resíduos Indiferenciados (Parque Feiras e Exposições)</p> <p>Contratação com/sem colocação de contador</p> <p>Desentupimento de colectores</p> <p>Controlo de Pragas - Rhynchophorus Ferrugineus</p> <p>Intervenção global nos espaços verdes parque das feiras e exposições</p>	<p>Assistência Técnica</p> <p>Publicidade /ocupação via publica</p>
Outras partes relacionadas		
AGS		<p>Assistência Técnica</p> <p>Disponibilização de Serviços SIG</p> <p>Micro produção de energia</p> <p>Actualização de Base dados de Legislação</p> <p>Controlo Analítico ETAR's</p> <p>Análises físico-químicas e bacteriológicas de Águas Residuais</p> <p>Juros Prestações Acessórias</p>
HIDURBE		<p>Assistência Técnica</p> <p>Juros Prestações Acessórias</p>

b) Transacções e saldos pendentes:

- i) **Quantia das transacções:**
- ii) **Quantia dos saldos pendentes:**
- iii) **Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:**
- iv) **Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:**

		Vendas Prestação de serviços	Compra de Bens e Serviços	Contas a Receber	Contas a Pagar	Imparidade	Gastos de Dividas Incobráveis
Município Tavira	2010	1.362.704	343.511	415.583	-	-	-
	2009	1.406.137	255.984	1.093.285	-	-	-
AGS	2010	-	257.115	-	39.640	-	-
	2009	-	277.664	-	175.978	-	-
Hidurbe	2010	-	71.544	-	14.341	-	-
	2009	-	96.998	-	21.048	-	-

7. Activos Intangíveis

No Activo Intangível estão registados os programas informáticos com contratos de continuidade.

7.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Activos Intangíveis tem vida finita, em primeiro lugar dependem directamente da renovação do contracto de continuidade e em segundo do contrato da empresa, sendo neste caso o prazo maximo de vida útil será 20 anos.

b) Métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas minimas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro da alínea e) do presente parágrafo

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de activos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Activos Intangíveis estão reflectidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	01.01.2009	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2009	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2010
Custo											
Programas de Computadores	0		123.526			123.526	3.320				126.846
Em curso			4.150			4.150					4.150
	0	0	127.676	0	0	127.676	3.320	0	0	0	130.996
Amortizações / Imparidade											
Programas de Computadores			41.375			41.375	20.658				62.032
	0	0	41.375	0	0	41.375	20.658	0	0	0	62.032
Activos Intangíveis	0	0	86.301	0	0	86.301	-17.338	0	0	0	68.964

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer activo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Activos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor. Indicação:

- a) Do justo valor inicialmente reconhecido;
- b) Da sua quantia escriturada; e
- c) Se são mensurados após o reconhecimento segundo o modelo de custo ou o modelo de revalorização

Não existem Activos intangíveis adquiridos por meio de subsídios do governo.

7.4 Activos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas. Indicação:

- a) Por classe de activos intangíveis:
 - i) Data de eficácia da revalorização;
 - ii) Quantia escriturada de activos intangíveis revalorizados;
 - iii) Quantia escriturada que teria sido reconhecida se a classe revalorizada de activos intangíveis tivesse sido mensurada após o reconhecimento usando o modelo de custo.
- b) Quantia do excedente de revalorização relacionada com activos intangíveis no início e no final do período, indicando as alterações durante o período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos accionistas; e

- c) **Os métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos activos**

Não existem Activos contabilizados por quantias revalorizadas.

7.5 Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de pesquisa e desenvolvimento que foram capitalizados)

Não existem gastos de pesquisa e desenvolvimento capitalizados

8. Activos Fixos Tangíveis

8.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

- a) **Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;**

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

- b) **Métodos de depreciação usados;**

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

- c) **Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;**

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

- d) **Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;**

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) deste ponto.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	01.01.2009	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2009	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2010
Custo											
Terrenos e Recursos Naturais	0	7.700	0			7.700,00		19.250			26.950
Edifícios e Outras Construções	2.787.069	95.497	3.684.877			6.567.442,65	79.970	143.905			6.791.318
Equipamento Básico	1.006.119	258.284	139.971			1.404.374,59	119.191	77.970			1.601.536
Equipamento Transporte	1.105.086	7.551	-6.367			1.106.270,37	49.415	25.675			1.181.361
Equipamento Administrativo	337.196	80.935	-123.526			294.604,58	4.262				298.866
Outros Activos Fixos Tangíveis	112.917	23.309				136.225,73	12.460	3.300			151.986
Em curso	5.546.309	2.459.172	-4.026.357			3.979.124,37	689.376	-279.302			4.389.199
	10.894.695	2.932.448	-331.401	0	0	13.495.742	954.674	-9.201	0	0	14.441.215
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	273.429	184.609			-4.549	453.489	167.248				620.737
Equipamento Básico	291.318	148.078				439.395	95.586				534.981
Equipamento Transporte	599.343	217.100			-955	815.488	99.986				915.474
Equipamento Administrativo	156.487	75.323	-41.375			190.435	19.598				210.033
Outros Activos Fixos Tangíveis	42.090	21.106				63.196	13049,3				76.245
	1.362.666	646.216	-41.375	0	-5.504	1.962.003	395.467	0	0	0	2.357.470
	9.532.029	2.286.232	-290.026	0	5.504	11.533.739	559.207	-9.201	0	0	12.083.745

8.2 Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Existem um activo fixo tangível dado como garantia de passivos – Lote para construção do Edifício Sede no valor de 201.400 €.

8.3 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros activos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

8.4 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Locações

9.1 Locações financeiras — locatários:

A Taviraverde, à data de 31 de Dezembro de 2010, contabiliza 27 contratos de locação financeira. Estes contratos encontram-se registados no balanço, como activos tangíveis em contrapartida de financiamentos obtidos, pelo valor do bem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas mínimas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os juros são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica Gastos e Perdas Financeiras.

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de activo

Contratos	Bens	Data do contrato	Prazo Contrato	Tipo Investimento	valor bem	Amortizações Acumuladas	Valor Contabilístico	Valor em dívida	Rendas Pagas 2010	Opção de Compra	base de calculo das tendas
Millennium - CLF nº 400045406	Contentores Enterrados	01-06-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	69.670,00 €	11.321,36 €	58.348,64 €	41.996,26 €	6.816,09 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400045411	9 Viat. Piaggio APE 50 Pick UP	01-08-2006	48 meses	Equip. Transporte	35.767,21 €	34.893,72 €	873,49 €	0,00 €	6.283,27 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400047815	Contentores Enterrados	25-07-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	126.840,00 €	20.611,50 €	106.228,50 €	77.445,08 €	12.386,42 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400049739	Contentores Enterrados	07-09-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	118.459,00 €	19.249,60 €	99.209,40 €	74.106,84 €	11.515,80 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400050064	Contentores Enterrados	07-09-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	149.181,00 €	24.241,94 €	124.939,06 €	93.326,29 €	14.502,37 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400051292	Contentores Enterrados	25-10-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	61.599,00 €	10.009,82 €	51.589,18 €	39.002,95 €	5.975,91 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400053224	Contentores Enterrados	07-12-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	116.742,00 €	18.970,62 €	97.771,38 €	75.639,03 €	11.272,15 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400055441	Contentores Enterrados	15-01-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	76.179,00 €	12.379,07 €	63.799,93 €	49.912,29 €	7.337,63 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400055442	Contentores Enterrados	15-01-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	25.983,00 €	4.222,22 €	21.760,78 €	17.024,05 €	2.502,70 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400056726	Contentores Enterrados	15-02-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	90.759,00 €	14.748,32 €	76.010,68 €	60.125,96 €	8.721,16 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059266	Contentores Enterrados	07-04-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	74.617,00 €	12.125,23 €	62.491,77 €	50.510,20 €	7.135,53 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059323	Viatura Pesada Man 4x4	07-08-2007	48 meses	Equip. Transporte	64.785,90 €	37.791,80 €	26.994,10 €	14.471,36 €	2.018,04 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059725	Contentores Enterrados	01-05-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	21.153,00 €	3.349,25 €	17.803,75 €	11.038,31 €	16.531,51 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400066424	Contentores Enterrados	25-09-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	8.071,00 €	1.143,40 €	6.927,60 €	5.749,15 €	762,33 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400068288	Contentores Enterrados	15-10-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	40.563,00 €	5.577,41 €	34.985,59 €	29.173,47 €	3.821,16 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400068289	Contentores Enterrados	15-10-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	14.490,00 €	1.992,39 €	12.497,61 €	10.421,38 €	1.365,01 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400070322	Contentores Enterrados	15-11-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	11.403,00 €	1.520,40 €	9.882,60 €	8.280,34 €	1.071,51 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400070342	Contentores Enterrados	15-11-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	42.306,00 €	5.640,81 €	36.665,19 €	30.720,68 €	3.975,39 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400075474	Contentores Enterrados	01-04-2008	120 meses	Edif. e Outras Const.	34.054,00 €	3.831,08 €	30.222,92 €	25.890,72 €	3.159,49 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400079507	Contentores Enterrados	19-06-2008	120 meses	Edif. e Outras Const.	25.983,00 €	2.598,31 €	23.384,69 €	20.275,00 €	2.392,07 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400081298	S. Detecção de Níveis de Enchimento dee contentores	01-09-2008	60 meses	Equip. Basico	39.541,38 €	9.061,57 €	30.479,81 €	17.289,78 €	9.728,02 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400081252	Viatura Pesada Man TGM RSU's	01-09-2008	48 meses	Equip. Transporte	128.613,67 €	47.158,34 €	81.455,33 €	56.237,51 €	31.641,66 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400085188	S. Detecção de Níveis de Enchimento dee contentores	01-01-2009	60 meses	Equip. Basico	39.541,38 €	7.414,01 €	32.127,37 €	24.654,66 €	7.525,98 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400086068	S. Detecção de Níveis de Enchimento dee contentores	25-02-2009	60 meses	Equip. Basico	5.522,22 €	977,89 €	4.544,33 €	3.525,66 €	1.049,96 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400086431	S. Detecção de Níveis de Enchimento dee contentores	07-03-2009	60 meses	Equip. Basico	52.721,84 €	8.786,98 €	43.934,86 €	34.735,15 €	9.882,62 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400086506	S. Detecção de Níveis de Enchimento dee contentores	25-03-2009	60 meses	Equip. Basico	12.885,18 €	2.147,53 €	10.737,65 €	8.490,90 €	2.415,79 €	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400094251	Viatura Comercial Ligero Mercedes-Benz	15-03-2010	60 meses	Equip. Transporte	19.415,31 €	2.022,43 €	17.392,88 €	16.389,84 €	3.025,47 €	Sim	Taxa Juro Nominal
					1.506.846,09 €	323.787,00 €	1.074.322,00 €	896.432,86 €	194.815,04 €		

- b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente**

Ver quadro da alínea a) deste ponto.

- c) **Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos**

- i) **Não mais de um ano;**
- ii) **Mais de um ano e não mais de cinco anos;**
- iii) **Mais do que cinco anos**

Ver quadro da alínea a) deste ponto.

- d) **Rendas contingentes reconhecidas no resultado do período**

Ver quadro da alínea a) deste ponto.

- e) **Descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo (pelo menos) o seguinte**

- i) **Base pela qual é determinada a renda contingente a pagar**
- ii) **Existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento**
- iii) **Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação**

Ver quadro da alínea a) deste ponto.

9. Custos de empréstimos obtidos

10.1 Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se descrita na alínea k) do ponto 3.1.

10.2 Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

Durante o período foram capitalizados custos com empréstimos relacionados as obras em curso no valor de 78.813,87€.

10.3 Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

A quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização é determinada da seguinte forma:

- Custos com financiamentos especificamente contraídos para financiar os activos em construção;
- Prevê a aprovação da candidatura do POVT, para financiamento destas obras em 50%, pelo que é deduzida esta percentagem aos custos dos empréstimos para efeito de capitalização.

As percentagens são calculadas mensalmente de acordo com a utilização dos empréstimos, em 31 de Dezembro eram as seguintes:

- Empréstimo BCP – 100%
- Empréstimo CA – 100%
- Empréstimo BES – 68%

10. Inventários

11.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e respectivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea e) do ponto 3.1.

11.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Inventários	2010	2009
Mercadorias	940	1.034
Matérias-primas	0	0
	<u>940</u>	<u>1.034</u>

11.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Inventários	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Existências em 01-01-2009	1.128	121.897	123.025
Compras	1.251.604	29.587	1.281.190
Regularização Existências	-331.756	0	-331.756
Existências em 31-12-2009	-1.034	0	-1.034
Gasto do Exercício	919.942	151.483	1.071.425
Existências em 01-01-2010	1.034	0	1.034
Compras	1.436.046	0	1.436.046
Regularização Existências	-265.928	0	-265.928
Existências em 31-12-2010	-940	0	-940
Gasto do Exercício	1.170.213	0	1.170.213

11. Rédito

12.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea n) do ponto 3.1.

12.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda de bens

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

Vendas e Prestações de Serviços	2010	2009
Vendas (a)	1.852.125,77 €	2.028.253,54 €
Prestações de Serviços		
Águas de Abastecimento	1.283.918,82 €	1.300.805,16 €
Águas Residuais	1.410.148,67 €	1.501.598,25 €
Recolha de Resíduos e Limpeza	2.754.989,15 €	2.479.061,29 €
Espaços Verdes e Lagos	861.222,07 €	881.320,54 €

b) Prestação de serviços

Ver quadro da alínea a) deste ponto

c) Juros

A Empresa auferiu juros dos clientes por atraso de pagamento das facturas, tendo sido registado os seguintes montantes:

Juros	2010	2009
Juros Cobrança Fora de prazo	580,69 €	7.761,35 €

12. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

13.1 Divulgações para cada classe de previsão:

a) Quantia escriturada no começo e no fim do período;

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para processos judiciais em curso	1.840,49	0,00	0,00	1.840,49
Total de Ajustamentos	1.840,49	0,00	0,00	1.840,49

13. Subsídios do Governo e apoios do Governo

14.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras:

As políticas contabilísticas adoptadas para os subsídios do governo encontram-se descritos na alínea c) do ponto 3.1.

14.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

Obras Financiadas	Programa	Valor da candidatura	Valor Recebido
Abastecimento de águas, drenagem e tratamento de águas residuais no Sítio dos Estorninhos	Proalgarve (200-2006)	228.000,00 €	151.620,63 €
Abastecimento de águas, drenagem e tratamento de águas residuais no Sítio e Sistema Adutor - Porto Carvalho	Proalgarve (200-2006)	375.340,00 €	241.673,55 €

14. Acontecimentos após a data do balanço

15.1 Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 31 Março de 2011.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do artº. 68 do CSC, a Assembleia Geral de Accionistas pode recusar a proposta da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

15.2 Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem actualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

15.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que não tenham dado lugar a ajustamentos.

15. Imposto sobre o rendimento

16.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2010	2009
Imposto Corrente		
IRC do ano	50.606	50.009
	50.606	50.009

16.2 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Conta Subsídios	Designação	Saldo Inicial 2010	Passivo por ID a registar	REG Passivo por ID no Exercício	Saldo contas Passivos por ID 31/12/2010
59301	Empreitada 162 Estorninhos	149.865,39	50.954,23	1.099,36	49.854,88
	Empreitada 164 Porto				
59302	Carvalhoso	241.236,37	82.020,37	1.783,69	80.236,67
	Totais	391.101,76	132.974,60	2.883,05	130.091,55

16.3 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes de impostos	116.002	121.290		
Variações patrimoniais				
Taxa de imposto sobre rendimento	26,5%	26,5%		
	30.741	32.142	26,5%	26,5%
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>				
IRC	44.037	18.986		
Multas, coimas, juros compensatórios	300	732		
Correcções Relativas a exercicios anteriores	0	12.652		
Indemnizações por eventos seguráveis	0	0		
Outros	0	297		
	44.337	32.666	38,2%	26,9%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Mais-valias contabilísticas	4.001	500		
Excesso da estimativa para impostos	0	0		
	4.001	500	3,4%	0,4%
Lucro tributável	156.338	153.456		
Taxa de imposto sobre rendimento	12,5%	12,5%		
Taxa de imposto sobre rendimento	25,0%	25,0%		
Imposto calculado	37.522	36.801	32,3%	30,3%
Derrama	1.876	1.841	1,6%	1,5%
Tributação autónoma	11.208	11.366	9,7%	9,4%
Imposto sobre o rendimento	50.606	50.009	43,6%	41,2%

16.4 Explicação de alterações na taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

A taxa de derrama para o ano de 2010 foi de 0,9% em vez de 1,5% ocorrida em 2009.

16. Instrumentos financeiros

17.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do ponto 3.1:

- ✓ Alínea f) – Clientes
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea l) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea m) – Fornecedores

17.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Activos Financeiros	2010	2009
Clientes	1.080.618	1.645.194
Caixa e depósitos bancários	328.125	304.235

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2010	2009
Clientes gerais	884.499	674.235
Clientes Caução	-172.086	-155.688
Clientes por acréscimo	-77.606	2.589
Clientes partes relacionadas	415.583	1.093.285
Clientes em imparidade	127.682	71.517
Clientes perdas imparidade acumuladas	-97.453	-40.744
	<u>1.080.618</u>	<u>1.645.194</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2009	34.077
Reforço do ano	30.450
Utilizações	0
Reversões	-23.783
Saldo em 31.12.2009	<u>40.744</u>
Reforço do ano	66.179
Utilizações	0
Reversões	-9.469
Saldo em 31.12.2010	<u><u>97.453</u></u>

b) Passivos financeiros mensurados ao custo:

Passivos Financeiros	2010	2009
Passivos não correntes		
Financiamento Obtidos	10.367.394	47.866.574
Outras contas a pagar		
Passivos Correntes		
Financiamento Obtidos	469.500	0
Fornecedores	788.587	919.696
Outras contas a pagar	1.227.463	1.489.973

O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respectivas condições são os indicados no quadro seguinte:

Financiamento Obtidos	2010	2009
Não correntes		
Empréstimo Bancário BCP	5.293.750	6.050.000
Condições	Euribor 6m+0,7%	Euribor 6m+0,7%
Empréstimo Bancário CA	196.401	200.000
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário BES	2.200.000	1.500.000
Condições	Euribor 3m+2%	Euribor 3m+2%
Suprimentos	1.780.810	1.780.810
Condições	Euribor 6m	Euribor 6m
locações Financeiras	896.433	1.071.833
Condições	Euribor 1m+0,8%	Euribor 1m+0,8%
	Euribor 1m+2,1%	Euribor 1m+2,1%
	Euribor 1m+2,25%	Euribor 1m+2,25%
	Euribor 1m+3%	Euribor 1m+3%
Correntes		
Empréstimo Bancário BES	469.500	0
Condições	Euribor 3m+3%	

- c) Activos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada**

Os Activos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea b) deste ponto.

17.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

17.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

17.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2010	2009
Ganhos		
Juros obtidos	509	9.980
Juros de mora	581	
Outros	151	286
	<u>1.241</u>	<u>10.267</u>
Perdas		
Juros de financiamento obtidos	-199.083	-115.445
Juros de derivados financeiros	0	0
Juros de mora	-8.209	0
Comissões e despesas com financiamento	-1.704	0
Outros	-2.868	-7.473
	<u>-211.863</u>	<u>-122.918</u>
	<u>-210.622</u>	<u>-112.651</u>

17.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de activos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de activo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea b) do ponto 28.2.

Instrumentos de capital próprio:

17.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 50.000€ e encontra-se totalmente realizado

17.8 Número de acções representativas do capital social, respectivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 10.000 de acções nominativas com valor nominal de 5 € cada.

17.9 Reconciliação, para cada classe de acções, entre o número de acções em circulação no início e no fim do período.

Não existem acções em circulação nem acções próprias.

17.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efectuada como custos de emissão

Não foram efectuados aumentos de capital no período.

17.11 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respectiva quantia acumulada à data do balanço

Não foram emitidos outros instrumentos de capital no período

17. Divulgações exigidas por diplomas legais

18.1 Divulgação exigida pelo nº 1 do artº 66 – A do CSC

Natureza e o objectivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respectivo impacte financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respectiva natureza, objectivo comercial, impacte financeiro ou riscos e benefícios.

18.2 Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais facturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria

	2010	2009
Honorários pela Revisão Legal de Contas	6.504	6.504

18. Outras informações

19.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2010	2009
Saldos a Receber		
Impostos sobre Rendimento Colectivo		51.485
Taxa de Recursos Hídricos		66.997
Imposto sobre Valor Acrescentado		11.553
	0	130.035
Saldos a Pagar		
Impostos sobre Rendimento Colectivo		-12.902
Retenção Imposto sobre Rendimento		-25.479
Imposto de Selo		-391
Segurança Social		-43.610
	0	-82.382
	0	47.653

19.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer descreve-se da seguinte forma:

Diferimentos	2010	2009
Seguros	1.523	23.326
Manutenção e Assistência	6.501	1.710
Stocks	125.339	129.531
Outros	68	3.382
	<u>133.431</u>	<u>157.950</u>

19.3 Contrato de Gestão

As actividades de manutenção dos espaços verdes e limpezas de praias, são efectuadas de acordo com os contratos de gestão celebrados com o município de Tavira e encontram-se registados na rubrica de Prestação de Serviços da demonstração de resultados

Contratos de Gestão	2010	2009
Contrato Programa de Gestão de Espaços Verdes	843.417,80 €	881.301,34 €
Contrato de Gestão de Limpeza de Praias	157.571,40 €	157.571,40 €

19.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos	2010	2009
Subcontratos	1.371.140	1.159.053
Trabalhos Especializados	1.156.951	988.589
Materiais	42.729	49.055
Energia e Fluidos	309.541	301.760
Deslocações Estadas e Transporte	2.407	2.534
Serviços Diversos	398.761	485.701
	<u>3.281.529</u>	<u>2.986.691</u>

19.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2010	2009
Recuperação de Gastos	365	1.924
Ganhos em Imobilizações	4.001	500
Venda de energia	15.841	
Correcções relativas exercícios anteriores		349
Excesso de estimativa para impostos		
Indemnizações por sinistro		1.850
Outros	13.927	4.679
	<u>34.133</u>	<u>9.302</u>

19.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2010	2009
Impostos	87.858	
Dividas Incobráveis		
Multas e outras penalidades		732
Correcções relativas exercícios anteriores		12.652
Donativos		250
Indemnizações por sinistro	2.285	1.841
Insuficiência de estimativa	44.037	6.084
Outros	11.994	1.114
	<u>146.174</u>	<u>22.673</u>

19.7 Candidaturas e Financiamentos

A Taviraverde em 2009 apresentou uma candidatura ao POVT, no valor de 7.029.530,65 €, para fazer face aos investimentos nas áreas de águas de abastecimento e saneamento, como o objectivo de aumentar a taxa de cobertura destes serviços. Em 2010 o POVT comunicou a decisão favorável do financiamento, sendo os montantes aprovados apresentados no quadro seguinte:

	Valores
Custo Total do Financiamento	7.092.189,91 €
Despesa não elegível	202.652,69 €
Despesa Total elegível	6.889.537,22 €
Défice de Financiamento (%)	98,59%
Montante da Decisão	6.792.508,31 €
Despesa elegível não comparticipada	970,29 €
Taxa de co-financiamento	70,00%
Comparticipação Fundo de Coesão	4.754.755,82 €

19.8 Litígios e Contingências

Em 2010, a empresa foi citada em duas acções propostas no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela Águas do Algarve, S.A., ambas relativas ao Contrato de Recolha de Saneamento – obrigação de pagamento dos consumos mínimos relativos aos anos de 2008 e 2009.

Foi apresentada Contestação em ambos os processos, impugnando a obrigação reclamada e com pedido reconvenicional relativo a elevados gastos que a Taviraverde tem suportado no âmbito do mesmo contrato.

Pelas razões que foram indicadas no processo, a empresa entende que não são devidas nem exigíveis quaisquer quantias referentes aos valores mínimos de saneamento, pelo que não se constituiu provisão para o efeito.

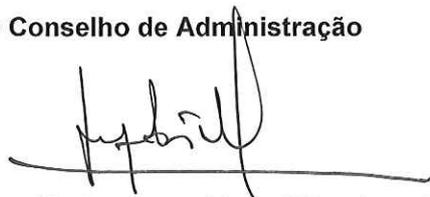
Tavira, 31 de Março de 2011

O Técnico de Contas:

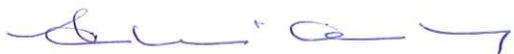


Cecília Maria Mendonça Barros

O Conselho de Administração



Presidente - Jorge Manuel Nascimento Botelho



Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos



Vogal – António Manuel Guerreiro Salgado

A photograph of a cobblestone plaza with a fountain and buildings. The plaza is paved with cobblestones and features a central fountain with a tall, ornate structure. The buildings are multi-story with arched windows and doorways. The sky is blue with scattered white clouds. The text "RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO" is overlaid in blue, bold, uppercase letters across the center of the image.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 13.814.218 euros e um total de capital próprio de 703.774 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.396 euros, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos resultados por natureza e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo correspondente.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Miguel Galvão
Isabel Paiva
Anabela Peres
José Luis Nunes

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Existe um litígio judicial com as Águas do Algarve relativo a consumos mínimos de tratamento de efluentes que esta presta à Tavira Verde em que aqueles reclamam um montante de 1,4 milhões de euros. Não existe concordância por parte da Tavira Verde quanto aos caudais e aos preços unitários, não se encontrando constituída qualquer provisão para fazer face à eventualidade da empresa vir a ser condenada ainda que ao pagamento parcial.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.** em 31 de Dezembro de 2010, a alteração dos seus capitais próprios, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Faro, 18 de Fevereiro de 2011

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda²

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587

Sede: Largo Alberto Sampaio, 3A • 2795-007 Linda a Velha • Tel. 21 414 6210 • Fax: 21 414 6219
Delegação Algarve: Rua General Humberto Delgado, n.º 23 • 8000-355 Faro • Tel.: 289 894 949 • Fax: 289 894 946
Inscrição n.º 64 • Capital Social 5.000 Euros • C.R.C. Cascais n.º 14848/020104 • Contribuinte n.º 502 215 399 • Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 4737 na CMVM



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspectivas da Sociedade. Igualmente o Balanço, a Demonstração de Resultados Líquidos e o respectivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, bem como a reserva nela constante.

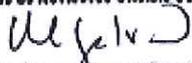
2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2010, bem como a proposta da aplicação de resultados, e que seja emitido um voto de confiança ao Conselho de Administração.

Tavira, 18 de Fevereiro de 2010

O Fiscal Único
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda^o

Representada por
ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


(João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587)

